



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCUS ALEX DA SILVA

NÃO DEIXE DE OLHAR PARA O SUL MAIS DISTANTE:
A CAMPANHA MATTHEW FONTAINE MAURY PELA LIVRE
NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS E A POLÍTICA EXTERNA DO
IMPÉRIO NA DÉCADA DE 1850

Londrina
2025

MARCUS ALEX DA SILVA

**NÃO DEIXE DE OLHAR PARA O SUL MAIS DISTANTE:
A CAMPANHA MATTHEW FONTAINE MAURY PELA LIVRE
NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS E A POLÍTICA EXTERNA DO
IMPÉRIO NA DÉCADA DE 1850**

Dissertação apresentada à Univesidade Estadual
de Londrina – UEL, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto.

Londrina
2025

da Silva, Marcus Alex.

NÃO DEIXE DE OLHAR PARA O SUL MAIS DISTANTE : A CAMPANHA
MATTHEW FONTAINE MAURY PELA LIVRE NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS
E A POLÍTICA EXTERNA DO IMPÉRIO NA DÉCADA DE 1850 / Marcus Alex
da Silva. - Londrina, 2025.

83 f.

Orientador: José Miguel Arias Neto.

Dissertação (Mestrado Profissional em História Social) - Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Matthew Fontaine Maury - Tese. 2. Amazonas - Tese. 3. livre navegação -
Tese. 4. livre comércio - Tese. I. Arias Neto, José Miguel. II. Universidade
Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em História Social. III. Título.


CDU 93

MARCUS ALEX DA SILVA

**NÃO DEIXE DE OLHAR PARA O SUL MAIS DISTANTE:
A CAMPANHA MATTHEW FONTAINE MAURY PELA LIVRE
NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS E A POLÍTICA EXTERNA DO
IMPÉRIO NA DÉCADA DE 1850**

Dissertação apresentada à Univesidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JOSE MIGUEL ARIAS NETO
Data: 29/04/2025 14:37:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Wander de Lara Proença
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Waldomiro Lourenço da Silva Jr
Universidade Federal de Santa Catarina -
UFSC

Londrina, 28 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. José Miguel Arias Neto, meu orientador e maior incentivador durante o longo processo deste mestrado, cujo resultado encontra-se nesse trabalho. Considero um amigo dentro da academia que levarei para o resto da minha vida.

Ao Prof. Waldomiro Lourenço da Silva Jr, com quem trabalhei durante minha passagem pela UFSC durante minha graduação e que ajudou a pensar este trabalho em seus primórdios e que ofereceu valiosas dicas.

Um agradecimento especial à minha querida amiga Paloma Natália Riquetta Nervi, mestra em História, que forneceu o suporte e o apoio necessário para que este trabalho fosse concluído com sucesso.

A todos os professores, na UEL e na UFSC, que contribuíram com minha formação e com minha inspiração, os quais me marcaram profissionalmente e pessoalmente. Esse trabalho é fruto da docência e da pesquisa de todos eles, por isso meu agradecimento.

RESUMO

SILVA, Marcus Alex da. **Não deixe de olhar para o sul mais distante**: a campanha de Matthew Fontaine Maury pela livre navegação do Amazonas e a política externa do império na década de 1850. 2025. 86 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Articulando discursos antigos e modernos, o oficial militar americano Matthew Fontaine Maury, um precursor da oceanografia, incentivou uma campanha pela livre navegação do rio Amazonas na década de 1850. Por trás do discurso do livre comércio, havia o discurso da civilização e do progresso, que trouxe consigo o pensamento racial desse personagem. Essa campanha repercutiu no Brasil imperial e em seu governo, que, apesar de sua defesa comum da escravidão, percebeu as ideias de Maury como uma ameaça. Essa percepção e ameaça levou à formulação de uma política externa sobre a navegação da Amazônia e desencadeou movimentos diplomáticos.

Palavras-chave: Matthew Fontaine Maury; Amazonas; livre navegação; livre comércio; tráfico de escravizados.

ABSTRACT

SILVA, Marcus Alex da. **Don't forget to look to the deepest south**: Matthew Fontaine Maury's campaign for the Amazon river's freedom of navigation and the Brazilian empire foreign politics in the 180s. 2025. 86 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Articulating ancient and modern discourses, the American military officer Matthew Fontaine Maury, a forerunner of oceanography, encouraged a campaign for free navigation of the Amazon River in the 1850s. Behind the discourse of free trade, there was the discourse of civilization and progress, which brought with it the racial thinking of this character. This campaign had repercussions in imperial Brazil and its government, which, despite its common defense of slavery, perceived Maury's ideas as a threat. This perceived threat led to the formulation of a foreign policy on the navigation of the Amazon and triggered diplomatic moves.

Key-words: Matthew Fontaine Maury; Amazon river; freedom of navigation; free trade; slave trade.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	A RETÓRICA DE MAURY	13
2.1	As visões do paraíso	13
2.2	O progresso	17
2.3	O problema da raça	18
2.4	Livre navegação: o argumento jurídico e econômico	20
2.5	As respostas a Maury	22
2.6	A carta de instrução para Herndon	26
2.7	Conclusões acerca dos discursos	30
3	O QUADRO POLÍTICO DO SÉCULO XIX	32
3.1	A hegemonia britânica, a escravidão e o tráfico	36
3.2	O tráfico de escravos e os atritos com a Grã-Bretanha	39
3.3	Escravidão, tráfico de escravos e a participação dos EUA	40
3.4	A conjunção de interesses escravistas	44
4	POLÍTICA DO IMPÉRIO E O TRÁFICO	54
4.1	O conselho de estado	54
4.2	A campanha de Maury e o império	59
4.3	A diplomacia	69
4.4	Desfecho	71
5	CONCLUSÕES	74
	REFERÊNCIAS	81
	FONTES	83

1 INTRODUÇÃO

Matthew Fontaine Maury (1806-1873), militar com carreira ativa abreviada por um acidente, passou a dedicar-se aos estudos dos ventos e correntes marinhas, tornando-se o precursor da “geografia do mar”, o que conhecemos hoje em dia como oceanografia. A partir de seus estudos, concluiu que a bacia do Amazonas e a bacia do Mississipi estão conectadas e que suas correntes e ventos levam ambos os rios diretamente para a passagem da Flórida, no golfo do México. Esse homem do século XIX, natural do Estado da Virgínia, nos EUA, tornou-se oficial da Marinha Confederada assim que a guerra civil norte-americana se inicia, sendo um fervoroso defensor da “peculiar instituição”, a escravidão.

No início da década de 1850, Maury realizou uma campanha de opinião pública, a qual chegaria ao governo dos EUA. O seu projeto defendia a livre navegação do rio Amazonas, tendo como consequência a introdução do livre comércio, que para ele garantiria o progresso e a prosperidade da região, em outras palavras, a civilização. Esse era o discurso liberal predominante no século XIX, que tinha adeptos inclusive no Brasil. Esse era o seu principal argumento, mas não o único. Alguns autores já abordaram Maury e sua campanha, especialmente aqueles ligados à história diplomática. Luiz Alberto Moniz Bandeira, traz um bom quadro em seu livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História*, com largo uso de fontes diplomáticas. Nícia Vilela Luz, desenvolve uma obra inteira em torno de Maury, sua proposta e a campanha, alargando um pouco a temática ao abordar os discursos sobre a Amazônia, em *A Amazônia para os negros americanos*. Maria Helena P. T. Machado, em *Raça, ciência e viagem no século XIX*, aborda brevemente Maury dentro do contexto de seu trabalho, e aponta a questão da raça na campanha de Maury. O historiador estadunidense Gerald Horne dedica um capítulo do seu livro *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos* a Maury e seu projeto para a Amazônia. Outro historiador norte americano, Matthew Karp, ao abordar a influência dos senhores de escravos na política externa dos EUA, no livro *This vast southern empire: slaveholders at the helm of American foreign policy*, mostra outra faceta de Maury, a do militar da marinha que advogava pelo fortalecimento dessa força e como essa atuação estava ligada aos interesses escravistas. Luiz Carlos Villafañe Gomes Santos, em *O Império e as repúblicas do Pacífico*, cita uma “forte campanha na imprensa

norte-americana sobre o potencial da região [do Amazonas], que o Império insistia em manter fechado”¹, mas não cita o nome de Maury. As demais menções encontradas a Maury estão em obras de cunho diplomático e que abordam sua campanha sob o prisma da política externa brasileira e a abertura do rio Amazonas para a livre navegação.²

Em suas obras Maury utiliza diversas estratégias argumentativas e retóricas, com discursos que são subjacentes. Em sua retórica destacamos a de uma região rica e suntuosa, que lembrava o paraíso na terra e o El Dorado; os já mencionados, progresso e civilização, garantidos pela livre navegação e o livre comércio. Por trás desses argumentos em primeiro plano, existe um pano de fundo discursivo que serve para justificar e impulsionar o pensamento de Maury, sendo a questão racial o ponto nevrálgico. A questão racial é uma importante chave para compreender os textos e a campanha de Maury em torno da Amazônia. No século XIX vemos florescer o racismo científico, que cria uma hierarquia entre as ditas raças humanas e coloca o homem branco “civilizado” no topo dessa hierarquia, o que o impõe o “fardo do homem branco”, ou seja, o dever de levar a civilização, o progresso e a cristandade para os povos ditos bárbaros. Maury é partidário dessas ideias e lança mão delas, quando aborda o assunto em correspondência com seu cunhado. Outro ponto importante desse pensamento racial era de que a miscigenação deveria ser evitada a qualquer custo, por tratar-se de uma “degeneração das raças”. Esses assuntos serão o tema do primeiro capítulo desta obra e terão como fontes os textos escritos por Maury.

Durante o século XIX houve uma pressão constante pelo fim do tráfico e da escravização de africanos, vindo principalmente da Grã-Bretanha, a grande potência do século XIX. Nesse contexto, muitos defensores da escravidão entendiam que num futuro não tão distante os africanos seriam emancipados, o que seria um problema social. Não se poderia permitir que indivíduos inferiores convivessem com os homens civilizados. Era, portanto, necessário encontrar um meio de separar ou mandar para longe esses indivíduos indesejados. Para Maury, a Amazônia seria um desses possíveis destinos, assim como a Libéria foi um. Dentro desse pensamento

¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Editora UFPR, 2002. p.68

² ver CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil; DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. História das Relações Internacionais do Brasil; RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

racial e de sua hierarquização, o anglo-saxão estadunidense colocava-se acima dos também europeus, espanhóis e portugueses e seus descendentes nas Américas. Esse pensamento está condensado na ideia do destino manifesto, que justificava a expansão dos EUA no século XIX. O papel da Grã-Bretanha na repressão ao tráfico no século XIX e o entrelaçamento dos interesses escravistas nos EUA, no Brasil e em Cuba serão o tema do segundo capítulo.

A campanha de opinião pública de Maury, obviamente, chamou a atenção do governo brasileiro. O Império, que estava em uma fase de consolidação como Estado nacional, buscava reorganizar-se no cenário diplomático, diante da já mencionada pressão britânica sobre o tráfico de escravizados e de outras questões que se colocavam em meados do século XIX. A pressão estadunidense pela abertura do Amazonas era mais uma delas. O governo imperial buscou estratégias de enfrentamento, até a liberação da livre navegação em 1866, já em outro contexto. O contexto político brasileiro e o Conselho de Estado e suas atas serão o assunto do capítulo 3. As atas da seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado serão as principais fontes desta parte, em especial a escrita por Paulino José Soares de Sousa para a Consulta de 17 de janeiro de 1854 que aborda extensamente a questão da navegação do Amazonas.

Dessa forma, buscaremos, com este trabalho, observar a retórica de Maury e suas raízes ideológicas e como esta campanha realiza movimentos políticos dentro do contexto da década de 1850. Pretendemos observar como as questões político-ideológicas se manifestaram nos ambientes políticos interno e externo e como os entes políticos atuaram perante as ideias que circulavam. Para tanto, iremos explorar a retórica de Maury e estabelecer um contexto político e das relações internacionais do período para, na sequência, analisar os documentos do governo imperial acerca da questão. Com isso, buscamos uma melhor compreensão sobre as movimentações políticas e os discursos articulados pelos grupos políticos que controlavam o governo do Império.

A análise das ideias através dos escritos de Maury se torna uma ferramenta de excelência, pois é através desses escritos que essas ideias ganham vida. René Rémond, para quem “a história política deve bastante às trocas com outras disciplinas”³ nos diz acerca da linguística, quando fala multidisciplinaridade do campo da história política:

³ RÉMOND, René (org.). Por uma História política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p.29

A lingüística orientou a pesquisa para a análise do discurso, redobrou o interesse tradicional que os historiadores tinham pela leitura dos textos que, supõe-se, exprimem intenções ou, ao contrário, as traem e visam a dissimular os projetos ou discordâncias (...)⁴

Abordar o Estado e seus estadistas e as relações internacionais desses mesmos Estados não se trata de abandonar as demais dimensões do campo histórico, dado que o fazer político, “ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva.”⁵ Não pretendemos tomar o campo político como um universo autônomo e fechado em si mesmo, pois

Por razões evidentes, o campo político não pode chegar a esses extremos: os que estão envolvidos nesse jogo não podem jogar entre si sem fazer referência àqueles em nome de quem se expressam e perante os quais devem prestar contas, mais ou menos ficticiamente, de tempos em tempos. Os jogos internos encontram aí o seu limite.”⁶

Além do mais, a política tem “incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais”⁷. Observamos exatamente esses pontos em nosso trabalho como, por exemplo, quando as classes escravistas dos EUA buscam o controle da política externa do país e quando as pressões diplomáticas britânicas levam à restrição do tráfico de escravos pelo Atlântico, levando a mudanças políticas e econômicas internas. Devemos observar, também, que a produção escravista exportadora não é a única força determinante, pois

a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior.⁸

O campo político não está isolado do quadro social que o circunda, uma vez que se legitima nele. A observação dos textos, neste trabalho, é uma ferramenta fecunda e que nos dá as nuances para analisarmos a produção intelectual e sua intersecção com o fazer político. Em nosso trabalho, o Estado não é tido como uma entidade isolada da sociedade, mas como uma parte do campo político privilegiado, que concentra a atenção pela sua capacidade de influir e agir sobre os indivíduos e sobre a coletividade.

⁴ RÉMOND, René (org.). Por uma História política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p.30

⁵ ibid. p.35

⁶ BOURDIEU, Pierre. O campo político. Revista brasileira de ciência política, p. 193-216, 2011.

⁷ RÉMOND, René (org.). Por uma História política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p.22

⁸ ibid. p.23

2 A RETÓRICA DE MAURY

O pão cresce nas arvores no Brasil; o mel achase nos bosques. Ha ahi uma arvore que sendo golpeada verte em abundância um suco excelente de que se pôde fazer uso em vez de leite.⁹

Matthew Fontaine Maury

O militar e cientista estadunidense Matthew Fontaine Maury, fundador do que viria a ser a oceanografia, realizou uma forte campanha pela abertura do rio Amazonas, na década de 1850, para a livre navegação internacional. Para tanto ele articulou diversas ideias e retóricas, de acordo com seu público e com os interesses em jogo. Nesta primeira parte do trabalho vamos analisar alguns desses trabalhos e algumas das respostas contemporâneas formuladas.

2.1 - As visões do Paraíso

A primeira dessas ideias remonta aos descobrimentos e tem suas fontes nas tradições bíblicas e da literatura da antiguidade que descreviam lugares sem males, onde a terra produzia tudo aquilo que o homem necessitava sem trabalho, onde o clima era sempre ameno e onde as riquezas eram abundantes. Vemos essas ideias presente nos textos de Maury, como no trecho abaixo:

Quanto a mim, estou inteiramente entregue a que vasto assumpto, porque sei que a menos de cem léguas de distancia existem **aquellas grandes solidões cheias de tesouros, e ocupando um espaço onde milhões de homens poderião habitar na abundancia e prosperidade**, onde anualmente esperdiça a natureza mais do que bastaria para **sustentar comodamente a população da China**, e onde **as mais deliciosas frutas e as mais belas flores crescem e florescem desapercibidas**.¹⁰ (grifos nossos).

Mas de onde vêm essas ideias, aparentemente deslocadas no século XIX, escritas por um militar que se tornou conhecido por uma obra sobre ventos e correntes marítimas que auxiliaram a navegação? Em “Visões do Paraíso”, Sérgio Buarque de Holanda explora o imaginário dos “descobrimientos” e sua vinculação com a arqueologia mítica do Éden. Nos primeiros contatos com o “Novo mundo”, o desconhecido é inevitavelmente conectado com o conhecido, ganha contornos e

⁹ MAURY, Mathew F. O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853 p.32

¹⁰ ibidem p.23

formas que cabem na mentalidade medieval. Sendo assim, não foi difícil associar a natureza exuberante do continente com as características do paraíso bíblico. A fecundidade do solo, o clima sempre ameno, as diferentes espécies de frutos saborosos, caudalosos rios, a boa saúde dos seus habitantes, são alguns elementos que povoavam o imaginário dos viajantes e alimentavam a ideia de que nessas terras de “eterna primavera”, escondiam-se em algum rincão, as portas para o próprio paraíso.¹¹

Para os antigos, esse paraíso se situava em alguma ilha no Atlântico, estando as ilhas da Madeira e Canárias na lista de possibilidades, sendo aquela encontrada por portugueses e genoveses no século XIV. De acordo com os cronistas da época, nessa ilha “é tudo jardim, e tudo o que é coletado nele é ouro”¹². O Éden, sendo um ideal, um paraíso mítico, se move e se desloca sempre para o desconhecido, seja o passado ou o futuro, seja um local ainda não explorado e situado fora do universo físico-geográfico daquele que o descreve. Assim foi o Atlântico para os antigos e para as navegações da modernidade. O próprio Cristóvão Colombo nutre e alimenta-se dessas obras sobre o desconhecido quando propõe a navegação para o Oriente, buscando o paraíso abundante, bem como as riquezas materiais apontadas por Marco Polo. “A mesma imagem bíblica, irá achar Colombo ao seu desembarque nas Antilhas”¹³. Isidoro de Sevilha descreve o paraíso terreal como “um horto de delícias, abundante em árvores e pomos de toda casta (...)” onde predomina a perene primavera, “pois não conhece ali nem frio nem calor, mas uma constante temperança do ar”. Paisagem essa “que os descobridores e conquistadores renascentistas irão buscar nas terras incógnitas do outro lado do Oceano.”¹⁴

No início do século XIX, esse desconhecido, em partes, era a bacia amazônica e o coração da América do Sul, intocada e desconhecida para muitos, situação potencializada pela política das coroas ibéricas de manterem suas colônias fechadas aos forasteiros. Maury não foge dessas ideias quando afirma que “O clima é sadio e agradável, e por isso muitos dos seus habitantes chegam á idade de cem anos”¹⁵. Sobre a longevidade, outro tema edênico, ele ainda fala:

¹¹ Buarque de Holanda, Sérgio. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 p. 186

¹² op.cit. p.188

¹³ ibidem, p.202

¹⁴ ibidem p.204

¹⁵ MAURY, Mathew F. *O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional*. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853 MAURY, Mathew F.. *O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional*. Rio de Janeiro:

A província de Caxamarca, na bacia amazonia do Perú, tem uma população de 70,000 habitantes. **Diz-se que é o paiz mais saudável do mundo.** Em 1795 havia ali oito pessoas, cujas idades respectivas erão de 114, 117, 121, 131, 132, 141 e 147 annos; **e uma d'entre ellas morreu na idade de 144 annos, 7 mezes e 5 dias, deixando 800 descendentes.**¹⁶ (grifos nossos)

Tal ideia, ligada diretamente aos relatos dos patriarcas bíblicos, surgem já nos relatos de Américo Vespúcio¹⁷.

Os relatos sobre as Américas, desde Colombo, passando Bartolomeu de las Casas, Pero de Magalhães Gândavo, José de Anchieta (e outros a respeito do Brasil especificamente), até chegar a Maury, nos trazem uma continuidade da ideia do paraíso terrestre, que traz todas as características dos cronistas e escritores medievais e antigos. Por isso Holanda afirma: "(...) é esse, ao lado de muitos outros clichês, que com frequência ainda maior aparecem nas crônicas e cartas do período colonial (...)"¹⁸. Podemos perceber que tais clichês se perpetuaram no séc. XIX acrescidos das ideias vigentes nesse século, como progresso e livre comércio, algo que discutiremos mais adiante.

Contudo, podemos supor como Sergio Buarque o faz¹⁹, de que o universo mental dos navegadores do período Moderno fora construído nos períodos anteriores e, assim, quando eles encontraram um novo mundo tropical, de natureza muito mais rica e exuberante que a temperada Europa, associaram o que viam às descrições do paraíso edênico tão comuns na literatura.

A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podiam separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho.²⁰

Há também o campo de possibilidades aberto pela descoberta de um mundo novo, diferente de uma Europa que crescia e mudava radicalmente durante a revolução industrial. Conforme fala Nícia Vilela Luz: "(...) uma crescente disposição dos europeus para olhar o novo continente, com seus espaços desertos e virgens, como um refúgio e uma possibilidade de se refazer a sociedade em novas bases (...)"²¹.

Typographia de M. Barreto, 1853 p.12

¹⁶ MAURY, Mathew F. O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional. p.23

¹⁷ Buarque de Holanda, Sérgio. Visão do Paraíso

¹⁸ ibidem

¹⁹ ibidem p.212

²⁰ ibidem p.221

²¹ LUZ, Nícia Vilela. A Amazônia para os negros americanos. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968. p.29

Nesse quadro, a Amazônia em particular nunca deixou de atrair a atenção pelas possibilidades de riquezas inigualáveis e pela facilidade de comunicação oferecida pela maior bacia hidrográfica do mundo; curiosidade e interesse potencializados pelo fechamento da região aos olhos curiosos por séculos. O próprio Alexander von Humboldt²² contribuiu para manter esse imaginário vivo.²³ O célebre cientista alemão foi, inclusive, um dos precursores das ideias apresentadas por Maury acerca da Amazônia e a quem Maury conheceu pessoalmente e buscou legitimidade para suas teorias científicas²⁴. Seja por influência direta ou via a obra de François Laporte Castelnau - “por confirmar e reforçar as ideias de Humboldt”²⁵ - autor que Maury cita textualmente (como veremos abaixo), vemos as ideias de Humboldt repetidas pelo militar estadunidense. Um exemplo dessas ideias que chegam até Maury é a de uma possível conexão entre as bacias do Prata e a do Amazonas. Em Humboldt temos:

Um canal insignificante, comunicando, nas vizinhanças de Vila Bela, a bacia do Guaporé (tributário do rio Madeira) com a bacia do Paraguai, tornaria possível uma navegação ininterrupta através todo o continente, desde Buenos Aires até a foz do Orenoco em face da ilha da Trindade.²⁶

Já nas palavras de Maury:

É ainda um problema se as águas do Prata e do Amazonas se unem por meio de um canal natural como acontece com as do Amazonas e do Orinoco pelo Cassiquiare. Em tal caso oferecerião uma navegação interior desde Buenos-Ayres, em 35 graus de latitude meridional, até à foz do Orinoco, em 11 graus de latitude septentrional, onde este rio entra no mar dos Caraibas. Tal navegação não só traria aos nossos portos os productos commerciaes das encostas atlânticas da América do Sul, mas despejaria os seus thesouros no próprio seio onde o Mississipi entorna as suas águas, o excedente da sua producção e a sua riqueza.²⁷

Em seguida Maury cita Castelnau a respeito do assunto, para corroborar sua opinião:

O sábio Francez Castelnau, que foi enviado por Luiz Philippe de 1843 para explorar o interior do paiz (...) e cruzando os Andes desceu pelo Amazonas até á sua foz, dá muitos e preciosos esclarecimentos a respeito de todo este paiz. (...) Uma excursão nas partes septentrionaes da província de Mato-Grosso (diz o mesmo viajante) offereceu-nos a ocasião de determinar posição das nascentes do Paraguay, assim como as do Tapajós; e podemos contemplar ao mesmo tempo os braços dos dous maiores rios do mundo - o

²² Alexander von Humboldt foi um geógrafo, polímata, naturalista, explorador e proponente da filosofia romântica prussiano muito conhecido no período e cujas obras influenciaram a ciência no século XIX.

²³ *ibidem* p.35

²⁴ KORTUM, Gerhard; SCHWARZ, Ingo. Alexander von Humboldt and Matthew Fontaine Maury: two pioneers of marine sciences. *Historisch-Meereskundliches Jahrbuch*, v. 2003, p. 157-185, 2004.

²⁵ *ibidem* p.41

²⁶ apud LUZ, Nícia Vilela. A Amazônia para os negros americanos. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968. p.37

²⁷ MAURY, Mathew F. O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional. p.10

Prata e o Amazonas — surgindo das entranhas da terra aos nossos pés, e entrelaçados um com outro.²⁸

Ainda no século XIX, vemos a sobrevivência desse imaginário no texto de Maury. O Éden justifica a civilização e progresso através do vapor e do livre comércio. Talvez ele buscasse, de forma intencional, acessar um imaginário fantástico para convencer seus interlocutores a embarcar em seu projeto de colonização e civilização da Amazônia ou talvez ele mesmo estivesse convencido desse paraíso terrestre e buscasse ali a salvação para as questões políticas e sociais que inquietavam um cidadão do sul dos EUA na primeira metade do século XIX.

2.2 - O progresso

O século XIX pode ser visto como o século do progresso, o século onde a segunda revolução industrial toma o mundo ocidental e eleva a Europa ao posto de potência incontestável e irresistível do sistema capitalista globalizado. A Grã-Bretanha é a grande potência do século, mas assiste ao crescimento exponencial de sua ex-colônia, primeira a se tornar independente nas Américas. Os EUA caminham a passos largos para assumir o posto de potência mundial no século XX. Em meados do XIX, avançam sobre o continente norte-americano com a anexação do Texas e a tomada de metade do território mexicano após a guerra Mexicano-americana, atingindo a costa do Pacífico.

Na ânsia pelo progresso, a livre navegação do Amazonas, introduzindo o uso do barco a vapor, significava conectar a região com o mundo do século XIX. Como aponta Maria Helena P. T. Machado, projetos gloriosos de desenvolvimento se espalhavam pelo globo, “movido por um trem de ideias conectadas, cujos tendões deslizam sobre os oceanos e rios, viajando a vapores, fazendo-se transportar em locomotivas (...)”²⁹. O vapor, assim como a locomotiva, era sinônimo de progresso. Tais ideias estavam tão próximas e conectadas à ideia de civilização que Maury afirmava o seguinte:

(...) uma tentativa para impedir o progresso da civilização, porque fechar o Amazonas ao commercio e ao vapor, é privar aquelles paizes por elle regados, e que jazem em trévas, das luzes da civilização, das

²⁸ ibidem p.10

²⁹ MACHADO, Maria Helena P. T.. Raça, ciência e viagem no século XIX. p.11

bênçãos do christianismo, e de todos os elementos de humana felicidade...³⁰
(grifos nossos)

Essas ideias ressoavam no Brasil e tinham seus defensores aqui. Autoridades nacionais e do Pará tinham a preocupação de levar o progresso para a região a bordo dos vapores, mas também buscavam manter a soberania e a integridade territorial do Império³¹.

2.3 - O problema da raça

No século XIX a questão racial estava em voga e com ideias ditas científicas, se justificava o racismo e o avanço das grandes potências sobre o continente africano e asiático no final do século. Essa questão era crucial para Maury que tinha uma ligação profunda com o Sul escravista dos EUA, tendo lutado ao lados dos Confederados na guerra civil. Para ele, o Amazonas serviria como uma válvula de escape para a questão racial do sul dos EUA. Conforme Maria Helena Machado:

Para alguns dos abolicionistas e pensadores racialistas do XIX, principalmente os da América do Norte, ao mal dos deslocamentos de índios e negros, outro erro, ainda pior, apontava no horizonte do mundo pós-escravidão, e este se chamava hibridismo ou mulatismo (mulattoism)³²

Maury era “imbuído de ideias racistas e vai entusiasmar-se com os conceitos defendidos por um amigo (...), Arnold Henry Guyot, que em sua obra (...) apregoava, já antes de Gobineau (...) a superioridade da raça branca”³³. Para explicar a pretensa relação entre hemisfério norte e hemisfério sul, Maury cita com entusiasmo seu “amigo” Guyot³⁴:

Mas as raças que lá habitam [o Hemisfério Sul] são cativas das amarras da toda poderosa natureza. Eles nunca irão derrubar os muros que os separam de nós. É por nossa conta, as raças favorecidas, ir até eles. (...) **Devemos às raças inferiores as bênçãos e os confortos da civilização; devemos à eles o desenvolvimento intelectual dos quais eles são capazes;** acima de tudo, devemos a eles a palavra divina, que é nossa glória e será a

³⁰ MAURY, Mathew F. O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional. p.37

³¹ BRITO, Roberta Kelly Lima. A introdução da navegação a vapor na Amazônia no século XIX: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. 2017.

³² MACHADO, Maria Helena P. T.. Raça, ciência e viagem no século XIX. São Paulo: Intermeios, 2018. p.14

³³ LUZ, Nícia Vilela. A Amazônia para os negros americanos. p.59

³⁴ No original: My friend Guyot de Neuchatel in speaking of the duties of the North and destinies of the Southern Hemisphere makes some remarks (...) which I have been so struck (...)” DOZER, Donald Marquand. Matthew Fontaine Maury’s Letter of Instruction to William Lewis Herndon. Hispanic American Historical Review, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 212-228, 1 maio 1948. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/00182168-28.2.212.p.219>

salvação deles.³⁵ (grifos nossos)

Dentro dessa visão racial de Maury incluía-se também a superioridade do anglo-saxão sobre os brasileiros e latinos em geral:

Quem deve povoar o grande vale do poderoso Amazonas? Deve ser ele habitado por um povo imbecil e indolente ou por uma raça empreendedora, que tem a energia e a iniciativa capazes de subjugar a floresta e desenvolver e utilizar os vastos recursos que ali jazem ocultos?³⁶

Outro ponto em relação à questão racial era a limpeza étnica que deveria ocorrer em caso de uma abolição da escravidão nos EUA. Maury dizia que “Aquele vale será a válvula de escape dos nossos estados sulistas; quando tiverem uma superpopulação de escravos, o tráfico de escravos africanos será suspenso, e eles mandarão seus escravos para a Amazônia”³⁷. Cabe ressaltar que também essa ideia não era original de Maury, e era “geralmente vista como um complemento da emancipação”³⁸.

Em sua carta de instrução para Lewis Herndon³⁹, documento que será mais bem analisado no item 1.7 deste capítulo, Maury foi mais objetivo e aberto quanto às suas posições e ideias. É nela que aparece a citação a Guyot sobre as raças e onde também escreveu: “É claro que, em um país de tanta ignorância e preconceito, você não deixará que o real objetivo de sua visita e a autoridade sob a qual você atua sejam desnecessariamente conhecidos, nem falaria sobre isso com companheiros de bordo ou outros.”⁴⁰ Maury tinha consciência de que suas reais intenções não seriam bem recebidas pelo governo local.

2.4 - Livre navegação: o argumentos jurídico e econômico

³⁵ No original: But the races inhabiting them are captives in the bonds of all powerful nature; they will never break down the fences that sunder them from us. It is for us, the favored races, to go to them. (...) We owe to the inferior races the blessings and comforts of civilization; we owe them the intellectual development of which they are capable; above all, we owe them the gospel, which is our glory, and will be their salvation (...)” *ibidem* p.220

³⁶ HORNE, Gerald. O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010. p.164

³⁷ *ibidem*. p.165

³⁸ *ibidem* p.157

³⁹ Cunhado de Maury, escolhido para missão no Amazonas.

⁴⁰ No original: “Of course you will not unnecessarily in such a country of ignorance and prejudice let the real object of your visit and the authority under which you act be known nor would I speak of it at all to shipmates or others.” DOZER, Donald Marquand. Matthew Fontaine Maury’s Letter of Instruction to William Lewis Herndon. p.223

Maury dedicou todo um capítulo na construção do argumento jurídico para a liberação da navegação do Amazonas, além de apontar e comentar sobre o tratado entre Brasil e Peru acerca do assunto, firmado em 1851. Apontou ainda, para a paradoxal política externa brasileira do período, que defendia a livre navegação na bacia do Prata - que gerava conflitos na região - e o fechamento do Amazonas, bacia que controlava a foz do principal rio.

Importante observar que existem diferenças entre os textos originais em inglês publicados na *Debow's Review*, e no compilado publicado no Brasil em português em 1853. No texto que originou esse capítulo, Maury, sob o pseudônimo Inca, teceu elogios diretos ao Brasil e ao imperador brasileiro - "A livre navegação do rio da Prata é uma conquista e o comércio se deve principalmente ao Brasil. Honras ao Brasil, portanto."⁴¹ Quanto ao imperador disse: "(...) dando a honra a quem é devida, dou ao Imperador do Brasil (...)"⁴². Na sequência, após os elogios em relação à política no Prata, passou a atacar a posição brasileira e a figura do imperador em relação ao Amazonas: Como prova de que o Brasil não foi movido por nenhuma daquelas visões realmente ampliadas e liberais que cabe à política comercial levar a cabo, aponto para a Amazônia. Lá, Dom Pedro é o Rosas.⁴³

Maury apresentou uma aguda preocupação com a possível influência de outras potências mundiais na região. Quando ele estabeleceu a competição com Inglaterra e França, apresentou uma ligação marítima diretamente dos EUA com a região como uma vantagem estratégica:

Mas que facilidades terão os Norte-Americanos de participar deste novo ramo de commercio creado pela livre navegação do Prata, e introdução de barcos de vapor no Amazonas? Bem poucas na verdade, a menos de estabelecer-se a linha meridional de vapores que recommendámos para o Amazonas, pois que sem isso todas as noticias do Brasil e do Rio da Prata, todos os avisos ácerca dos mercados desses paizes, irão directamente para Inglaterra e França pelos seus vapores; e só depois que os seus negociantes tiverem tido 10 ou 15 dias de tempo para se aproveitarem dessas noticias, é que chegarão aqui aos nossos negociantes pelas linhas

⁴¹ No original: The free navigation of the Rio de la Plata is an achievement, and commerce is chiefly indebted to Brazil for it. Honor to Brazil, therefore." in *Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resources.* / Volume 14, Issue 2." In the digital collection *Making of America Journal Articles*. <https://name.umdl.umich.edu/acg1336.1-14.002>. University of Michigan Library Digital Collections. Accessed December 17, 2024. No

⁴² No original: (...) in giving honor to whom is due, I give it to the Emperor of Brazil (...)." in *Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resources.* Volume 14, Issue 2

⁴³ No original: As a proof that Brazil was not actuated by any os those really enlarged and liberal views wich it is the policy of commerce to carry out, I point to the Amazon. There Don Pedro is the Rosas.in *Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resources.* Volume 14, Issue 2

de Liverpool.⁴⁴

Acerca da livre navegação, Maury buscou cooptar e utilizar as repúblicas ribeirinhas para justificar a abertura do Amazonas pelo Brasil:

A justiça, a política do commercio, as luzes do século, os principios de direito natural e das gentes, reclamão para as cinco republicas hispanoamericanas, que possuem tributários do Amazonas, a livre navegação deste rio.⁴⁵

A próxima estratégia argumentativa de Maury foi apontar o histórico e os costumes relativos à navegação de alguns rios, citando o Reno, o Mississipi, o rio Vermelho no Texas e o São Lourenço, e compará-los ao caso do Amazonas. Defendendo que todos os ribeirinhos têm direito à navegação, trouxe como exemplo a situação dos rios norte-americanos. Os EUA concederam a navegação no caso texano e, no caso do rio ao norte, o engenho estadunidense trouxe a foz do rio para os EUA via ferrovia e canal. Por fim, ao analisar o tratado assinado por Brasil e Peru, em 1851, acerca das fronteiras e da navegação, teceu críticas aos governos peruano e brasileiro, acusando o primeiro de ser inocente e de ter caído num engodo brasileiro:

A primeira cousa digna de reparo neste tratado de commercio e navegação fluvial entre o Brasil e o Perú é a falta de sagacidade da parte dos negociadores, e a singular ênfatuação com que o Perú se deixou cair no laço que com tão pouca destreza lhe armárão.⁴⁶

Ainda concluiu que:

Assim o Brasil, pelo seu tratado, em vez de excluir-nos do Amazonas introduziu-nos nelle, visto que pelas solemnes estipulações com o Perú, os cidadãos americanos tinhão já o direito de freqüentar com os seus navios todas as costas, portos e logares do Perú, onde o commercio estrangeiro é ou fôr permitido.⁴⁷

No entendimento de Maury os tratados assinados pelo Peru, com o Brasil e os EUA, davam direito aos cidadãos do segundo de navegar pelo Amazonas, incluindo o trecho brasileiro do rio. Essa tese não foi aceita pelo governo dos EUA, e o governo do Peru emitiu decretos posteriores esclarecendo o erro na interpretação de Maury, como veremos mais adiante. Todos os argumentos levantados por Maury foram rebatidos perante a opinião pública. Trazemos aqui duas obras que o fazem diretamente: *O Amazonas: breve resposta à memória do tenente da Armada Americana Inglesa F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas*,

⁴⁴ MAURY, Mathew F. O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional. p.34

⁴⁵ ibidem. p.34

⁴⁶ ibidem p.36

⁴⁷ ibidem p.37

de José Baptista de Castro Moraes Antas e *De la navegación del Amazonas: respuesta a una memoria de M. Maury, oficial de la Marina de los Estados Unidos*, de Pedro de Angelis, obra esta dedicada ao imperador do Brasil.

2.5 - As respostas a Maury

José Baptista de Castro Moraes Antas⁴⁸, engenheiro militar que dedicou toda uma obra para rebater os argumentos de Maury, respondeu o norte-americano com propriedade. Sendo conhecedor da região, trabalhou longamente a questão da navegabilidade dos rios e falou sobre as ideias de riqueza proferidas por Maury. Em seu tratado, Antas disse o seguinte: “Engana-se mais ainda quando pretende que, com tais ajustes, adquirirão seus concidadãos os mesmos direitos que os brasileiros.”⁴⁹ Além disso, questionou diretamente as conclusões de Maury:

Ora, esta convenção será porventura um desses tratados de navegação e comércio, cujos favores podem ser concedidos por novos tratados a outras nações? Não é, claramente, um ajuste que somente pode ter lugar entre duas nações vizinhas, que têm rios comuns e cuja navegação lhes pertence exclusivamente? Qual é a linha divisória entre os Estados Unidos e o Peru? Quais são os rios que passam de um destes Estados ao território do outro, para que se possa dizer que há navegação e comércio pela mútua fronteira e rios? (...) Qual é, pois, a circunstância que coloca os Estados Unidos para com o Peru na mesma relação em que está o Brasil, de modo que se possa celebrar entre aqueles dois Estados uma convenção acerca da navegação e comércio pela mútua fronteira e rios?⁵⁰

Outra resposta formulada foi a de Pedro De Angelis, jornalista nascido em Nápoles e radicado na Argentina, correspondente dos institutos geográficos de Paris e Londres, bem como do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Em seu trabalho, que abre com uma dedicatória a Dom Pedro II, buscou desmontar a argumentação jurídica de Maury. Inicia taxativamente ao dizer que “As memórias de M. Maury nada mais são do que um apelo imprudente à lei do mais forte, que a humanidade sempre repudiou.”⁵¹

⁴⁸ Sobre Antas e sua obra em mais detalhes ver SILVA, Marcus Alex da. Soberania e navegação fluvial no Amazonas. 2021. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

⁴⁹ ANTAS, João Baptista de Castro Moraes. O Amazonas: breve resposta à memória do tenente da Armada Americana Inglesa F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas. Rio de Janeiro: FUNAG/CHDD, 2013. p.86

⁵⁰ ibidem p.86-87

⁵¹ No original: “La memoria de M. Maury no es en el fondo mas que una apelación temerária á la ley dei mas fuerte, que el género humano ha repudiado para siempre.” in ANGELIS, M. de. De la navegación del Amazonas: respuesta a una memoria de M. Maury, oficial de la Marina de los Estados Unidos. Caracas: T. Antero, 1857. p.16

Angelis iniciou apontando as fontes do direito consuetudinário, que para ele são a razão, o costume e os tratados⁵², para então, a partir delas, analisar a questão da livre navegação dos rios. Segundo o jornalista, alguns direitos das nações são incondicionais, a saber: soberania, independência e liberdade. Compreendendo a soberania como o domínio do território ocupado pela nação, quase como um direito de propriedade, Angelis foi taxativo: “Os rios interiores são propriedade incontestável da nação cujo território atravessam.”⁵³. Ademais, o autor concluiu que “Qualquer nação pode, portanto, à sua vontade, de acordo com os seus interesses ou necessidades, proibir ou permitir a navegação dos rios que percorrem seu território.”⁵⁴

Continuando sua linha de pensamento, Angelis discorreu longamente sobre como nações que possuem o curso superior não poderiam ter direito a navegação da parte inferior de um rio, pois isto feriria a soberania da segunda nação:

Desde o ponto em que as águas do Amazonas passam pelo território do Brasil, até o ponto em que dele saem, elas seguem a lei do território do qual fazem parte; e, portanto, estão sujeitas ao domínio exclusivo do Brasil. De acordo com isso, o “Brasil tem o direito absoluto de organizar sua navegação como quiser, reservá-la para si ou admiti-la a estrangeiros”.⁵⁵

Angelis apontou exemplos distintos dos usados por Maury, onde os princípios apontados por ele - da soberania das nações sobre os rios - foram corroborados pelos tratados de navegação e foram esquecidos ou negligenciados por Maury. Acerca do rio São Lourenço, um dos exemplos usados pelo estadunidense, Angelis afirmou que a “Inglaterra domina a foz do rio, mantém o seu direito à navegação nesta parte dele e proíbe-o aos Estados Unidos.”⁵⁶ Ainda acrescentou que: “A convenção celebrada entre os Estados Unidos e a Inglaterra está de acordo com o costume de todas as nações e é uma prova do estranho erro cometido pelo Sr. Maury.”⁵⁷

⁵² *ibidem*, p.17

⁵³ No original: “Los rios interiores son de la propiedad incontestable de la nación cuyo territorio atraviesan”. in *ibidem*, p.18

⁵⁴ No original: “Cualquier nacion puede por consiguiente á su voluntad, segun sus intereses ó necesidades, vedar ó permitir la navegacion de los rios que recorren su território.” in *ibidem*, p. 20

⁵⁵ No original: “Desde el punto en que las águas dei Amazonas corren por el território dei Brasil, hasta el punto en que salen de él, siguen la ley del território de que forman parte; y así están sometidas al dominio exclusivo dei Brasil. Segun eso, el Brasil tiene derecho absoluto para arreglar su navegacion como le plazca, para reservársela ó admitir á los extranjeros.” in *ibidem*, p.24

⁵⁶ No original: “Inglaterra domina la desembocadura del rio, sostiene su derecho á la navegacion de esta parte de él, y la prohíbe á los Estados Unidos. in *ibidem*, p. 42

⁵⁷No original: La convencion celebrada entre los Estados Unidos é Inglaterra es conforme á la costumbre de todas las naciones, y una prueba del extraño error cometido por M. Maury. in *ibidem*, p.44

Seguindo em sua análise, o jornalista afirmou que “A única conclusão que se pode tirar da memória de M. Maury, é que todas as nações têm o direito de navegar na Amazônia como em alto mar (...)”⁵⁸, deixando claro que Maury apenas defendia suas pretensões sem o embasamento necessário para tanto:

Para escapar da mesma acusação, começamos lembrando as regras do direito internacional relativas à navegação dos rios. Depois de termos estabelecido uma base fixa, conseguimos obter uma conclusão totalmente oposta à das memórias de M. Maury.⁵⁹

Angelis ainda falou dos exageros de Maury sobre a descrição do vale do Amazonas e citou a obra de Antas como uma resposta a essa questão. Na sequência, apontou que Maury cria que o tratado brasileiro, à luz do tratado assinado entre Peru e EUA, abriria o Amazonas para os norte-americanos, o que para ele era algo impossível perante os dispositivos legais abordados. Apontando para as correspondências diplomáticas dos EUA com o Brasil, corroborou com a soberania brasileira na foz do Amazonas,⁶⁰ e vaticinou que “Se não é um direito natural que M. Maury reivindica a favor dos Estados Unidos, esse direito que invoca só pode resultar de um acordo especial (...)”⁶¹, uma vez que:

M. Maury não apresenta mais do que um tratado negociado entre o Peru e os Estados Unidos. Como um acordo realizado entre o Peru e os Estados Unidos pode vincular o Brasil? Como o Peru pode dispor dos direitos de soberania do Brasil? O Brasil interveio? Foi consultado? Deu seu consentimento? Não: portanto, ele não poderia ter sido privado, sem o seu consentimento, de um direito incontestável.”⁶²

Finalizando a questão, Angelis transcreveu um decreto do governo peruano e a correspondência diplomática daquele país com o governo brasileiro. Tais documentos, fundamentaram a interpretação de que só teriam acesso aos portos peruanos no Amazonas aqueles que tivessem o acesso permitido pelo Brasil ao trecho brasileiro daquele rio,⁶³ e complementou:

M. Maury sustenta que o decreto de 1851, combinado com o tratado de

⁵⁸ No original: La única conclusion que puede sacarse de la memoria de M. Maury, es que todas las naciones tienen derecho para navegar en el Amazonas como en alto mar. in *ibidem*, p.49

⁵⁹ No original: “Para huir del mismo cargo, hemos comenzado recordando las reglas del derecho internacional acerca de la navegacion de los rios. Despues de haber asentado una base fija, hemos llegado á sacar una conclusion enteramente opuesta á la de la memoria de M. Maury. in *ibidem*, p.50

⁶⁰ *ibidem*, p. 76

⁶¹ No original: “Si no es un derecho natural el que reclama M. Maury en favor de los Estados Unidos, ese derecho que invoca, no puede resultar sino de convênio especial.” in *ibidem*, p.77

⁶² No original: M. Maury no presenta mas que un tratado ajustado entre el Perú y los Estados Unidos ¿Cómo un convênio otorgado entre el Perú y los Estados Unidos, puede obligar al Brasil? ¿Cómo puede el Perú disponer de los derechos de soberania del Brasil? ¿intervino el Brasil? ¿Fué consultado? ¿Ha prestado su asentimiento? No: por lo tanto, no ha podido ser desposeido, sin su consentimiento, de um derecho incontestable. in *ibidem*, p.77

⁶³ *ibidem*, p. 78

comércio e navegação celebrado entre o Peru e os Estados Unidos confere direito absoluto ou relativo à navegação de todo o curso do Amazonas; e o Peru nega ter alguma vez pensado em criar tal direito em favor dos Estados Unidos; Confessa que de outra forma sua vontade teria sido impotente, pois não poderia usurpar a soberania do Brasil.⁶⁴

O próprio governo peruano esclareceu os pontos levantados por Maury e elucidou a interpretação do tratado firmado com o Brasil, apontando que jamais pretendeu ferir a soberania brasileira e induzir a navegação de países não-ribeirinhos no Amazonas.

Voltando aos escritos de Maury, quanto ao aparente paradoxo da política externa brasileira, ele defendeu que é necessário empregar, em favor da livre navegação do Amazonas, os mesmos argumentos com que o Brasil utilizava para reclamar o direito de navegar o Prata. Em texto publicado na revista estadunidense *Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resource*, ele disse: "(...) e assim se voltar contra o Brasil com os mesmos argumentos para a livre navegação no Amazonas que o Brasil estava pronto a apresentar em favor de seu direito de navegar no Prata."⁶⁵ E complementou mais adiante: "(...) os mesmos argumentos que se aplicam à livre navegação do Prata aplicam-se também à livre navegação do Amazonas."⁶⁶ Em seguida, analisou a movimentação diplomática imperial, engatando uma crítica aberta à política brasileira:

e despachou a toda a pressa enviados extraordinarios e plenipotenciarios para o Perú, Bolivia, Equador, Nova Granada e Venezuela, a fim de contratarem com cada uma daquellas republicas o direito exclusivo da navegação dos seus tributários amazonios. A sua missão era de frustrar quaisquer tentativas de tratado que as nações commerciaes quizessem fazer com essas republicas sobre a navegação fluvial; era destinada a retardar os seus progressos, a fechar mais apertadamente que nunca as suas grandes artérias de commercio, e perpetuar por este modo a estagnação e morte que por espaço de 300 annos tem reinado na grande bacia fluvial do Amazonas.⁶⁷

Maury criticou o monopólio de navegação dado a Irineu Evangelista de

⁶⁴ No original: "M. Maury sostiene que el decreto de 1851, combinado con el tratado de comercio y navegacion ajustado entre el Perú y los Estados Unidos, confiere un derecho absoluto ó relativo á la navegacion de todo el curso dei Amazonas; y el Perú niega que haya pensado nunca en crear semejante derecho en favor de los Estados Unidos; confiesa que su voluntad hubiera sido por otra parte impotente, puesno podia usurpar la soberania dei Brasil. in ibidem, p.80

⁶⁵ No original: (...) and thus turn upon Brazil with the same arguments for the free navigation of the Amazon that Brazil stood ready to urge in favor of her right to navigate the la Plata."in *Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resources*. Volume 14, Issue 2. 1853

⁶⁶ No original: "(...) for the same arguments that apply to the free navigation of the La Plata apply also to the free navigation of the Amazon." in *Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resources*. Volume 14, Issue 2

⁶⁷ ibidem p.34

Sousa, o barão de Mauá. Para ele, se tratava de “um dos mais odiosos monopólios que ainda se infligirão ao commercio livre, ou que retardão actualmente os progressos de qualquer paiz.”⁶⁸ Valendo-se do exemplo do rio Tocantins, que corre todo em território brasileiro, Maury apontou que o Brasil não foi capaz de criar uma linha de vapores naquele rio, como seria então capaz de criar uma linha no Amazonas e que chegasse até o Peru?⁶⁹

Outra questão abordada é a relação comercial envolvendo café, onde os EUA eram o grande comprador do café brasileiro, algo verificado pela historiografia atual⁷⁰. Maury asseverava que os EUA compravam metade do café brasileiro e que esse produto era de suma importância para a economia brasileira. Maria Helena P. T. Machado sugere inclusive que Maury pensava em “projetos que forçariam o Brasil a comprar escravos do Sul norte-americano em troca da manutenção do café *duty free*.”⁷¹

A ofensiva diplomática brasileira nas repúblicas do Pacífico tinha por objetivo equacionar a questão da livre navegação do Amazonas e tentar arrefecer a pressão estadunidense.⁷² Estava enquadrada em uma estratégia diplomática para evitar o expansionismo americano (lembrando que o Texas fora anexado em 1845 e metade do território mexicano em 1848 também o fora após uma guerra).⁷³ A política e a diplomacia brasileira serão analisadas com maior profundidade mais adiante nesse trabalho.

2.6 - A carta de instrução para Herndon

Maury selecionou William Lewis Herndon, seu cunhado, para a missão no Amazonas. Para instruí-lo, escreveu uma carta detalhada contendo todas as informações que deveriam ser observadas. O documento foi produzido em 20 de abril de 1850⁷⁴, sendo que proposta oficial de uma expedição ao Amazonas para o governo dos EUA data de 29 de março de 1850. Esta carta é o último ponto desta

⁶⁸ *ibidem* p.36

⁶⁹ Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resources. Volume 14, Issue 2

⁷⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, segunda escravidão e a economia cafeeira do Império do Brasil. Almanack, n. 5, p. 51-61, 2013.

⁷¹ MACHADO, Maria Helena P. T.. Raça, ciência e viagem no século XIX. São Paulo: Intermeios, 2018. p.31

⁷² DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. História das Relações Internacionais do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (Temas Essenciais em RI). p.23

⁷³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 5. ed. Brasília: UNB, 2021. p.113

⁷⁴ *ibidem*. p.212

análise das retóricas articuladas por Maury por trazer, talvez, seus argumentos mais íntimos e pessoais, onde seus reais interesses estão mais evidentes, dado que ele escreve a alguém muito próximo, a quem demonstra afeição.⁷⁵ Portanto, podemos dizer que aqui seu discurso tem menos filtros que nos demais escritos observados. É nela que a questão racial - que orienta a mentalidade de Maury - apareceu em uma citação de Guyot, conforme visto anteriormente. Nela também Maury apontou seus interesses econômicos e políticos e mostrou sua crença de que o futuro dos EUA, mais especificamente do Sul, estava ligados à abertura do Amazonas e a colonização daquela região pelos norte-americanos.

Com relação às suas motivações políticas, Dozer afirma que Maury "(...) estava olhando para o Brasil em busca de uma solução para os problemas criados pela 'instituição peculiar' do Sul." ⁷⁶ Para tanto, Maury precisava de argumentos e ele os apresenta como “uma justificativa da instituição da escravidão” e “uma extensão da atual ideologia do "destino manifesto" para abranger o vale do Amazonas.”⁷⁷ Calcava seu pensamento racial nas ideias em voga no período, como fica claro através de sua citação à Guyot. Acerca do conjunto da argumentação política, concordamos com Dozer quando ele diz:

Nos Estados Unidos, seria difícil encontrar nos escritos do período pós-Guerra Mexicana uma exposição mais descarada dessa ideologia (*destino manifesto*) do que a confissão de Maury em sua carta a Herndon de que essa expedição à Amazônia tinha a intenção de servir como um primeiro passo 'para estabelecer, revolucionar, republicar e anglo-saxonizar aquele vale'. Não é de se espantar que Maury tenha alertado Herndon para 'não deixar que o real objetivo de sua visita e a autoridade sob a qual você age sejam conhecidos'. Tal revelação em 1850 teria, sem dúvida, apoiado a suspeita do Brasil sobre os propósitos da expedição e teria intensificado sua subsequente resistência à abertura da Amazônia - um resultado que foi adiado até 1866, em grande parte por essas razões.⁷⁸

A crença de Maury na interconexão do destino dos EUA e do vale do Amazonas apareceu no início de sua carta à Herndon:

Tenho visto um conjunto de coisas dentro e ao redor do Golfo do México nas

⁷⁵ ibidem p.216,

⁷⁶ No original: "(...) was looking to Brazil for a solution of the problems created by the South's 'peculiar institution.'" ibidem p.213

⁷⁷ No original: This required first a justification of the institution of slavery, which he gives, and second an extension of the current 'manifest destiny' ideology to cover the Amazon valley. ibidem p.213

⁷⁸ No original: In the United States it would be difficult to find in the writings of the post-Mexican War period a more brazen exposition of this ideology than Maury's avowal in his letter to Herndon that this expedition to the Amazon was intended to serve as a first step 'to settle an revolutionize and republicanize and Anglo Saxonize that valley.' It is a small wonder that Maury cautioned Herndon not to 'let the real object of your visit and authority under which you act be known.' Such a disclosure in 1850 would unquestionably have supported Brazil's suspicion of the purposes of the expedition and would have intensified her subsequent resistance to the opening of the Amazon - a result which was delayed until 1866 largely for these reasons. ibidem p. 214

quais estão envolvidos os germes de influências poderosas sobre o bem-estar futuro do Tio Sam, e nesse conjunto o vale do Amazonas surge com grande importância.⁷⁹

O Golfo do México ganha importância em uma espécie de análise geopolítica, baseada na centralidade desse “mediterrâneo” estadunidense. A importância de Cuba, para além da escravidão e do açúcar, também era geopolítica: a ilha fica na entrada desse golfo que dá acesso ao Mississipi, rio que entra profundamente no território dos EUA. Após a anexação do Texas e a tomada dos territórios mexicanos, o golfo tornava-se um ponto de extrema importância defensiva. Maury empregou um estudo dos ventos e correntes que colocavam a foz do Amazonas “(...) quase tão dentro da passagem da Flórida (...)”, quanto o Mississipi; ele antevia e ansiava por um império escravocrata onde “a população escrava africana da América” estaria “aglomerada dentro e ao redor das fronteiras deste mar Mediterrâneo.”⁸⁰ Trata-se de uma visão imperialista que colocava o Amazonas dentro do império escravocrata norte-americano, o qual se estendia pelo Golfo do México. Logicamente, baseava-se nas ideias de superioridade racial do homem branco e do destino manifesto estadunidense de controlar as Américas e governar sobre um povo “imbecil e indolente”.

Tal escopo de ideias nos faz desacreditar que poderia haver algum tipo de coordenação ou ligação política em um mesmo nível, como sugerem Marquese e Parron⁸¹, pois um conjunto político que buscasse interesses comuns, não poderia ser baseado na ideia de superioridade racial e intelectual de uma das partes. Havia sim um alinhamento de interesses e o desejo da manutenção da escravidão no hemisfério diante da pressão internacional, vinda principalmente da Grã-Bretanha, e do haitianismo, o medo constante de uma revolução dos escravizados. Em nossas conclusões voltaremos a abordar esse assunto.

Por fim, dentre os argumentos políticos e raciais, apresentou o seu principal

⁷⁹ No original: I have seen a cluster of things in and around the gulf of Mexico in which are wrapped the germs of powerful influences upon the future well being of Uncle Sam and in that cluster the valley of the Amazon looms up with great importance. *ibidem* p. 216

⁸⁰ No original: I have seen the African slave population of America clustered in and around the borders of this Mediterranean sea. *ibidem* p.217

⁸¹ Estes autores argumentam em torno de uma “internacional escravista”, uma forma de autação conjunta das elites escravistas. Para ver sobre a internacional escravista proposta por esses autores ver: MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. *Topoi* (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 12, n. 23, p. 97-117, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x012023006.4> e também PARRON, Tâmis Peixoto. A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ponto que, para muitos autores que escreveram sobre Maury e seus sonhos de um Sul mais distante⁸², é o principal deles:

Aquele vale será a válvula de segurança para nossos estados do sul. Quando eles ficarem superpovoados com escravos, o comércio de escravos africanos será interrompido e eles enviarão esses escravos para a Amazônia.⁸³

Além dos argumentos políticos e raciais, que para Maury eram uma coisa só, ele descreveu seus interesses econômicos:

Como eu disse antes, aprenda o valor de cada artigo, a extensão de sua produção, a capacidade da região de aumentá-lo, o dinheiro que pode ser ganho com isso, o custo e os meios de colocá-lo no mercado e tudo o que diz respeito a ele, até mesmo aos mínimos detalhes, como se você mesmo fosse embarcar naquele negócio.⁸⁴

Na sequência do documento, Maury voltou a frisar para Herndon que o objetivo da missão não deveria ser discutido, e então enumerou os interesses econômicos aos quais seu cunhado deveria prestar especial atenção. Disse para ele “Familiarize-se também com os atuais obstáculos ao comércio, políticos e naturais - com tarifas e regulamentações, com a política de terras”⁸⁵ e, sobre Peru e Bolívia, pediu informações sobre as minas desses países, os seus interesses em relação à livre navegação do Amazonas e como os governos locais poderiam dar suporte a colonos americanos. Ademais, incluiu uma lista dos produtos que eram de seu interesse: cinchona (planta que produz quinino), tabaco, arroz, algodão e açúcar; teceu comentários sobre o trabalho escravo, querendo saber sobre o tráfico de escravizados, seus preços e praças onde poderiam ser adquiridos. Nesse ponto, tratou da relação de dependência da indústria britânica em relação ao algodão produzido com trabalho compulsório no Sul dos EUA e mencionou, inclusive, que a Grã-Bretanha tentava adquirir territórios produtores de algodão para se livrar da dependência do algodão estadunidense.⁸⁶

⁸² Ver HORNE, Gerald. O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos, LUZ, Nícia Vilela. A Amazônia para os negros americanos e MACHADO, Maria Helena P. T.. Raça, ciência e viagem no século XIX

⁸³ No original: That valley is to be the safety valve for our Southern States. When they become overpopulated with slaves the African slave trade will be stopped and they will send these slaves to the Amazon. in DOZER, Donald Marquand. Matthew Fontaine Maury's Letter of Instruction to William Lewis Herndon. p.217

⁸⁴ No original: As I said before learn the value of each article the extent of its production, the capacity of the region to increase it the money that is to be made at it, the cost and means of getting it to market and every thing concerning it even to the minutest detail as though you yourself were going to embark in that very business. DOZER, Donald Marquand. Matthew Fontaine Maury's Letter of Instruction to William Lewis Herndon. p.222

⁸⁵ No original: Acquaint yourself also with present obstructions to trade, political and natural - with tariffs and regulations with the land policy. ibidem p.225

⁸⁶ ibidem p.218

A minuciosa pesquisa solicitada por Maury a seu cunhado, descortina o discurso civilizacionista racial, apontando para seus reais interesses na região. Mostra claramente seus interesses econômicos imediatos e a justificativa mais profunda de suas ideias, bem como sua visão geopolítica mais estendida acerca das questões relativas à escravidão em um plano mais global. Suas ideias indicam também um imperialismo estadunidense, envolto no discurso do 'destino manifesto', algo que contraria uma ideia de uma internacional escravista.

2.7 - Conclusões acerca da retórica de Maury

Analisando os escritos de Maury, observamos a articulação de diversos discursos, modulados de acordo com o interlocutor e com o efeito que ele desejava produzir neles. Podemos observar que o imaginário medieval que embalou e guiou as navegações do período moderno ainda repercutiam no século XIX, o século das luzes e do progresso. Maury vinha de uma formação prática, recolhia dados e buscava a melhoria das navegações, mas não titubeou em utilizar as descrições fantásticas e que remetiam ao imaginário do paraíso na terra, imaginário esse construído ao longo de séculos e alimentado pelo desconhecido. Dentro desse quadro mental, havia inúmeros lugares míticos, como Preste João e El Dorado, além do próprio paraíso bíblico.

Nos comunicados oficiais, buscou legitimidade nos discursos científicos e na sua posição de autoridade quanto à navegação. Quando buscou cooptar adeptos ao seu projeto amazônico, utilizava os mitos de abundância e riqueza como seus argumentos de convencimento. Utilizava argumentos de natureza jurídica quando convinha, apontando corretamente a ambiguidade da política externa brasileira em relação aos rios da Prata e Amazonas, além de apontar um histórico de livre navegação dos rios através do mundo. Apelou constantemente às ideias vigentes no século XIX, como o livre comércio, progresso e civilização, argumentos repetidos à exaustão em seus textos, mas que também carregam sub-repticiamente os seus valores raciais.

A modulação da sua retórica de acordo com o público leitor fica evidente quando nos deparamos com sua carta escrita a William Lewis Herndon. Em um escrito dirigido a um familiar, com os mesmos ideais de Maury, ele ficava livre dos filtros e mostrava seu pensamento de forma mais direta, elencando seus

argumentos mais fundamentais e íntimos e colocando seus reais interesses e projetos claramente, sem rodeios ou meias palavras. Contemporâneos brasileiros escreveram para refutar suas ideias, como as do engenheiro militar João Baptista Moraes Antas, com seu conhecimento sobre a região, ou o de Pedro de Angelis no campo do direito.

3 - O QUADRO POLÍTICO DO SÉCULO XIX

Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si a ao mundo não desenvolvido.⁸⁷

Eric Hobsbawm

O século XIX foi marcado pela expansão econômica e política europeia que abarcou todo o mundo, numa escala superior à expansão dos séculos anteriores e com uma superioridade técnica e militar sem precedentes. Saraiva afirma que “O sistema único global de relações internacionais será implantado apenas no século XIX, como expansão da sociedade internacional europeia.”⁸⁸

“A Revolução Industrial redefiniu o horizonte geográfico da economia britânica entre 1780 e 1860.”⁸⁹ O comércio mercantilista colonial do Caribe não era mais suficiente para alimentar a expansão da economia britânica, ele havia alimentado o desenvolvimento britânico no século XVIII e agora era como um freio para o desenvolvimento.⁹⁰ A indústria têxtil era o carro chefe dessa revolução e, em função do seu crescimento industrial,

a Grã-Bretanha passou a depender dos Estados Unidos para o fornecimento de algodão de fibra curta e, por outro lado, contava com o continente europeu, os Estados Unidos e a América Latina como mercados consumidores dinâmicos para seus têxteis. (...) [a economia britânica] atingiu um nível de dependência cada vez mais sistêmico durante a primeira metade do século XIX.⁹¹

Nessa nova sociedade capitalista que emergia na Grã-Bretanha no início do século XIX não havia espaço para colônias e escravidão; “a ascensão e queda do mercantilismo é a ascensão e queda da escravidão [no império britânico]”⁹².

A estrutura política da Inglaterra foi ajustada à revolução econômica que se processara. O novo Parlamento era dominado pelos capitalistas, com suas aspirações e necessidades. (...) Agora, na nova sociedade capitalista, havia pouco espaço para as colônias.⁹³

⁸⁷ HOSBABWM, Eric J. A era dos impérios: 1875-1914. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.95

⁸⁸ SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p.43

⁸⁹ PARRON, Tâmis. The British empire and the suppression of the slave trade to Brazil: a global history analysis. Journal of World History, p.7

⁹⁰ WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.p.181

⁹¹ PARRON, Tâmis. The British empire and the suppression of the slave trade to Brazil, p.7

⁹² ibidem, p.194

⁹³ WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. p.191

A questão que se colocava diante da nova economia capitalista britânica era como expandir mercados em um mundo protecionista. Com a abolição da escravidão, a Índia ganha peso e importância como mercado consumidor dos produtos britânicos. Mesmo com o alívio indiano, o protecionismo no Atlântico levou a pressões políticas e sociais na Grã-Bretanha, que resultaram na política de livre comércio, adotada unilateralmente, pois isso reduziria o custo de vida do trabalhador britânico, aliviando a pressão social. Essa política ainda obrigaria países protecionistas a rever suas posições, o que favoreceria a Grã-Bretanha.⁹⁴

Ao liberar o maior mercado do sistema mundial para o açúcar e o trigo, as reformas tarifárias britânicas alteraram a remuneração dos fatores de produção (capital, terra e mão de obra disponíveis) e os retornos setoriais (mineração, alimentos e vestuário) em todo o Atlântico. As regiões escravistas foram as mais afetadas entre os países americanos.⁹⁵

As regiões escravistas, nesse contexto, responderam melhor às alterações econômicas promovidas pela política do livre comércio britânica, tendo um florescimento de suas economias em meados do século XIX. Porém, tais mudanças representaram um revés para os produtores nas colônias britânicas que deixaram de usufruir de monopólios. As principais demandas das colônias atingiram “os nervos mais sensíveis do Império Britânico”: as leis de navegação e a forma de arregimentação da mão de obra africana e asiática, (que acabavam sendo formas de trabalho muito similares ao trabalho escravo).⁹⁶ A integração da Índia ao mercado mundial, subordinada aos interesses britânicos, era a chave para a expansão econômica e industrial britânica.⁹⁷ O grande entrave para essa política era a mão de obra escravizada no hemisfério ocidental, cujos preços dos produtos não poderiam ser igualados pelos indianos. “O comércio transatlântico ilegal de escravos, até então um assunto principalmente de filantropia abolicionista, passou agora para o domínio da geopolítica imperial de Londres”⁹⁸. O ponto central passava a ser a questão da mão de obra, única capaz de influir decisivamente nos preços em um mercado aberto de livre comércio. Parron conclui, então, que as pressões sociais nas colônias caribenhas em torno da mão de obra, levaram a uma pressão política

⁹⁴ ibidem, p.8-10

⁹⁵ ibidem, p.11. No original: By freeing up the world system's greatest marketplace for sugar and wheat, British tariff reforms changed factor returns (according to available capital, land, and labor) and sector returns (mining, food, clothing) across the Atlantic. Among the American countries most affected were the slaveholding regions.

⁹⁶ ibidem, p.12-13

⁹⁷ ibidem, p.18

⁹⁸ ibidem, p.18

na metrópole, visando minar o trabalho escravo no Brasil e em Cuba:

Até então, o lobby do açúcar buscava abastecer as Antilhas Britânicas com mão de obra asiática e africana gratuita (aprendiz). A partir de então, eles se esforçaram para privar seus concorrentes em Cuba e no Brasil de africanos escravizados. Essa externalização de custos e inversão geopolítica foi uma ação importante: pela primeira vez, eles colocaram o fim do comércio transatlântico ilegal de escravos no topo de sua lista de exigências, esperando não tanto reduzir seus próprios custos de produção, mas aumentar os custos dos escravagistas e, assim, aliviar as tensões sociais nas Índias Ocidentais.⁹⁹

Assim, o governo britânico assumiu a luta contra o tráfico de escravos em busca de um alinhamento político interno e externo frente aos novos moldes econômicos do livre comércio. Palmerston¹⁰⁰, Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros britânico [1846-1851] que “não fazia distinção entre o Brasil e Cuba, atacando ambos com a mesma energia”¹⁰¹, propôs um bloqueio naval à Havana para eliminar o tráfico, porém o governo britânico

sabia que a recente anexação americana do Texas e da Califórnia havia transformado o quadro geopolítico do Atlântico; que um bloqueio unilateral britânico a Cuba empurraria a colônia para as mãos dos EUA; e que essa mudança de soberania em Cuba teria implicações profundas no equilíbrio de poder europeu, afetando a posição diplomática britânica na Europa.¹⁰²

Ao voltarmos nosso olhar para as Américas, percebemos que a escravidão é um dos traços mais importantes da região e que o combate ao tráfico de pessoas e a luta abolicionista marcam o século XIX no hemisfério ocidental. Alguns autores apontam o entrelaçamento dos interesses políticos das elites escravocratas nas principais regiões escravistas nas Américas: Brasil, Cuba e Sul dos EUA.¹⁰³ Segundo Horne: “Quando a escravidão passou a ser atacada com mais vigor pelos

⁹⁹ *ibidem*, p.21. No original: Heretofore, the sugar lobby had sought to supply the British Antilles with free (indentured) Asian and African labor. Thenceforth, they strove to deprive their competitors in Cuba and Brazil of enslaved Africans. This externalization of costs and geopolitical inversion was an important move: for the first time, they placed ending others’ illegal transatlantic slave trade high on their list of demands, hoping not so much to reduce their own production costs but instead to increase slaveholders’ and, thus, relieve the social tensions in the West Indies.

¹⁰⁰ HENRY TEMPLE, 3.º VISCONDE PALMERSTON. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Henry_Temple,_3.º_Visconde_Palmerston&oldid=69187006. Acesso em: 16 dez. 2024.

¹⁰¹ PARRON, Tâmis. The British empire and the suppression of the slave trade to Brazil, p.25

¹⁰² *ibidem*, p.26. No original: “(...) knew the recent American annexation of Texas and California had transformed the geopolitical frame of the Atlantic; that a unilateral British blockade of Cuba would push the colony into the hands of the U.S.; and that such a change of sovereignty in Cuba would have deep implications for the European balance of power, affecting Britain’s diplomatic position within Europe.

¹⁰³ Já mencionamos Rafael Marquese e Tâmis Parron no capítulo 1, ver nota 75. Ver também HORNE, Gerald. O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010 e KARP, Matthew. This vast southern empire: slaveholders at the helm of American foreign policy. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

abolicionistas na década de 1840 (...) forças escravistas se uniram por cima de fronteiras.”¹⁰⁴ As conexões internacionais da escravidão vinham do tráfico de escravizados e de suas conexões com o capitalismo da segunda revolução industrial, com seus produtos tendo grande parte do mercado internacional. O café brasileiro e o açúcar cubano tinham nos EUA seu principal mercado e o algodão dos EUA tinha na Inglaterra seu principal comprador. O aspecto social também se fazia presente, principalmente no medo das revoltas de escravizados; nas palavras de Horne: “As elites brasileiras não podiam ficar indiferentes às revoltas de escravos nos Estados Unidos, assim como as elites americanas poderiam ser atingidas pelas revoltas de escravos no Brasil.”¹⁰⁵ Diante desse quadro, esse autor afirma que as “forças escravistas nas Américas reconheciam que a viabilidade da instituição dependia profundamente de movimentos hemisféricos e transatlânticos” e de que “predominava a noção de que a escravização era um fenômeno hemisférico, e de que ela dificilmente sobreviveria em uma região, se fosse atacada na outra.”¹⁰⁶

John C. Calhoun¹⁰⁷, defensor da escravidão, via o Brasil como peça fundamental na manutenção da escravidão no hemisfério. Para ele

depois dos Estados Unidos, o Brasil é a potência americana mais rica, melhor e mais firmemente estabelecida. Entre eles e nós existe uma estreita identidade de interesses em quase todos os assuntos, sem conflitos ou competição em praticamente nenhuma área.¹⁰⁸

Calhoun acreditava que a destruição da escravidão em um dos países levaria a destruição da instituição no outro e, por isso, “o nosso interesse mútuo em resistir à interferência [de Londres] em qualquer dos dois países.”¹⁰⁹

Já a defesa do tráfico não vinha apenas dos sulistas: o norte dos EUA era quem mais lucrava com esse comércio, desde a fabricação de navios até o comércio em si. Segundo Horne “O explícito e notório envolvimento de pessoas do Norte dos Estados Unidos no tráfico de escravos africanos (...) tornava difícil para a comunidade internacional fazer distinções cruciais entre essas duas regiões. (...)”¹¹⁰.

Quando passamos a falar das elites escravistas do sul dos EUA nesse quadro

¹⁰⁴ HORNE, Gerald. O Sul mais distante. p. 21

¹⁰⁵ ibidem, p.23

¹⁰⁶ ibidem, p.23-24 e p.46

¹⁰⁷ JOHN C. CALHOUN. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=John_C._Calhoun&oldid=68329366>. Acesso em: 24 jul. 2024.

¹⁰⁸ CALHOUN apud HORNE, O Sul mais distante. p. 83

¹⁰⁹ CALHOUN apud HORNE, O Sul mais distante. p. 83

¹¹⁰ HORNE, Gerald. O Sul mais distante. p. 88

global, Karp afirma:

Essa liderança sulista era ambiciosa e cosmopolita, não defensiva e provinciana; era explícita, e não implícita, sobre a importância do trabalho escravo tanto em casa quanto no exterior. (...) manteve vigilância não apenas sobre as tarifas estrangeiras, mas também sobre as políticas internacionais mais amplas da escravidão. Para muitos poderosos senhores de escravos do período anterior à guerra, o imperialismo britânico e o antiescravidão eram tão perigosos para o Sul quanto à política tarifária nacional ou o abolicionismo do norte.¹¹¹

Essas elites acreditavam que o objetivo da Grã-Bretanha era eliminar o tráfico e a escravidão para controlar o mercado internacional de algodão, o que era uma ameaça direta aos seus interesses.¹¹² O grande inimigo da escravidão passa ser a Grã-Bretanha, a potência hegemônica do século XIX.

3.1 - A hegemonia britânica, a escravidão e o tráfico

A Grã-Bretanha emergiu, no século XIX, como a grande potência mundial, com um império territorial gigantesco, “o império no qual o sol nunca se punha”, rainha dos mares e controlando o comércio e a produção industrial no mundo. As origens deste domínio britânico remontam ao século XVII, com a vitória nas guerras anglo-holandesas, onde os britânicos “romperam o controle holandês” sobre os principais itens do comércio mundial e “lançaram as bases do poderio territorial inglês na Índia”¹¹³. A aliança anglo-portuguesa também teve peso decisivo, pois “transformaria Portugal e seu império num protetorado britânico *de facto*.”¹¹⁴ No século XVIII

(...) o Tratado de Methuen (1703) concedera à Inglaterra um acesso privilegiado aos mercados domésticos e coloniais portugueses e à oferta de ouro brasileiro, em rápida expansão. O Tratado de Utrecht (1713) concedera-lhe controle exclusivo do comércio de escravos com a América espanhola. Estava iniciada a fase áurea da expansão inglesa no Atlântico.¹¹⁵

A derrota de Napoleão levou ao equilíbrio europeu com preponderância inglesa na Europa e o esfacelamento do Império Atlântico espanhol garantiu a

¹¹¹ KARP, Matthew. This vast southern empire: slaveholders at the helm of American foreign policy. Cambridge: Harvard University Press, 2016. p.12. no original: This southern leadership was ambitious and cosmopolitan, not defensive and provincial; it was explicit rather than implicit about the importance of slave labor both at home and abroad.(...) kept close watch not only on foreign tariff rates but also on the larger international politics of slavery. For many powerful antebellum slaveholders, British imperialism and anti slavery were as dangerous to the South as national tariff policy or northern abolitionism.

¹¹² *ibidem*, p.12

¹¹³ *ibid.* p. 203

¹¹⁴ *ibid.* p.203

¹¹⁵ *ibid.* p.209

supremacia britânica no hemisfério ocidental. As novas e independentes nações das Américas estavam agora sob influência política e econômica da Grã-Bretanha. Essa potência marítima e parceira comercial - principal compradora do algodão produzido com mão de obra escravizada nos Sul dos EUA - era vista com bons olhos pelas elites escravistas daquela região, por ser uma força conservadora em um ambiente tumultuado nas Américas pós-independências; enquanto os britânicos estivessem comprometidos com a escravidão, eles seriam bem quistos por essas elites.¹¹⁶

Na década de 1830 a Grã-Bretanha eliminou o tráfico. “Em maio de 1833, o Parlamento aprovou o *Slavery Abolition Act*. A decisão da Grã-Bretanha de libertar seus escravos caribenhos mudou a ordem básica das coisas no Hemisfério Ocidental.”¹¹⁷ Não entra no escopo deste trabalho as discussões sobre o abolicionismo na Grã-Bretanha e seu caminho até a aprovação do *Slavery Abolition Act*, visto que nos debruçamos apenas sobre as consequências dessa nova política britânica, então grande potência mundial, sobre a vida política e social nas Américas.

Com essa mudança da política britânica, o quadro geopolítico mudou drasticamente nas Américas; a questão era que agora “a nação mais poderosa do mundo começou a organizar seus consideráveis recursos econômicos, diplomáticos e militares em oposição a uma das instituições mais fundamentais da sociedade americana.”¹¹⁸ Essa mudança política¹¹⁹ britânica serviu de lição para as elites escravistas dos EUA: a necessidade de estar próximo ao poder nacional.¹²⁰ Tal ponto não era um problema no Brasil, visto que o Império era, e sempre foi, escravista em toda sua extensão territorial, não sendo a abolição um problema político interno até os estertores do império. O Caribe agora tinha uma grande população de ex-escravizados e sua simples existência, era vista como ameaça para a escravidão nos EUA.¹²¹ “Depois de 1840, os líderes do sul começaram a ver cada vez mais toda a política global através das lentes do compromisso da América

¹¹⁶ KARP, Matthew. This vast southern empire. p.15

¹¹⁷ *ibid.* p.15. A obra de Eric Williams, *Capitalismo e Escravidão*, continua sendo uma obra importante, e existe um recente debate na historiografia brasileira sobre o séc. XIX que a retomou, mas, de fato, o abolicionismo inglês é multifatorial e pode ser analisado por diversas perspectivas.

¹¹⁸ *ibid.* p.16

¹¹⁹ Sobre os debates historiográficos acerca do tema ver: MOURA, Pedro Giovannetti. *Abolição britânica: paradigmas e historiografias*. Epígrafe, p. 107-119, 2013.

¹²⁰ KARP, Matthew. This vast southern empire. p.16

¹²¹ *ibid.* p.16

com a escravidão e do compromisso da Grã-Bretanha com a abolição.”¹²². Duff Green¹²³, o “embaixador da escravidão”, escreveu ao presidente John Tyler que “se ela [a Grã-Bretanha] puder destruir a cultura desses produtos básicos nos Estados Unidos, Cuba e Brasil, todo o mundo dependerá de suas colônias nas Índias Orientais para o fornecimento de matéria-prima.”¹²⁴ Assim, a luta antiescravista britânica era lida como apenas um movimento imperialista pelos senhores sulistas. O embate era ideológico e não econômico, no fim das contas, visto que a economia escravista exportadora do Sul era complementar à indústria têxtil da Grã-Bretanha.¹²⁵

A estratégia dos principais nomes da defesa da escravidão nos EUA seria confrontar a Grã-Bretanha no cenário global em defesa da escravidão:

os Estados Unidos devem agir com ousadia e firmeza no cenário internacional, fortalecer sua capacidade militar e estratégica internamente e **trabalhar para defender os interesses das nações escravistas em todo o mundo atlântico.**(grifo nosso)¹²⁶

Assim, a partir da década de 1830 e, principalmente da década de 1840, os senhores de escravos sulistas buscavam no governo central dos EUA a proteção e o local de embate contra a campanha abolicionista britânica, tido por eles como uma forma de imperialismo econômico da grande potência internacional que visava destruir as economias escravistas, tornando o quadro político internacional em uma luta da escravidão contra a abolição.

Essas ideias se fundiram em um elemento crítico da política externa da escravidão em desenvolvimento: uma determinação de defender o trabalho escravo em todo o Novo Mundo, não meramente como um meio direto de proteger a escravidão no Sul, mas como parte de uma luta hemisférica maior entre a escravidão e a abolição. Na década de 1840, Cuba, Brasil e Texas foram os pontos mais brilhantes dessa luta.¹²⁷

As outras importantes regiões escravistas nas Américas - Brasil, Cuba e Texas - receberam atenção especial dessa diplomacia da escravidão, como veremos mais adiante. Para termos um quadro mais completo do xadrez da política internacional

¹²² *ibid.* p.20. no original: After 1840 southern leaders increasingly began to view all global politics through the lens of America’s commitment to slavery and Great Britain’s commitment to abolition

¹²³ Wikipedia contributors, 'Duff Green', Wikipedia, The Free Encyclopedia, 11 December 2024, 11:16 UTC, <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Duff_Green&oldid=1262432544> [accessed 16 January 2025]

¹²⁴ KARP, Matthew. This vast southern empire. p.25

¹²⁵ *ibid.* p.31

¹²⁶ *ibid.* p.31

¹²⁷ *ibid.* p.58-59. No original: These ideas cohered into a critical element of the developing foreign policy of slavery: a determination to defend slave labor across the New World, not merely as a direct means to protect bondage in the South, but as part of a larger hemispheric struggle between slavery and abolition. In the 1840s Cuba, Brazil, and Texas were the brightest flashpoints in that struggle.

do século XIX no hemisfério ocidental, precisamos analisar os movimentos do outro grande *player*, a Grã-Bretanha que, como vimos, era a grande potência econômica e naval do mundo e que construiu o equilíbrio intra-europeu e um império ultramarino.

3.2 - O tráfico de escravos e os atritos com a Grã-Bretanha

Como vimos, a partir de 1833 a Grã-Bretanha passou a considerar a escravidão ilegal e passou a usar seu poder econômico, diplomático e naval para por fim ao tráfico e à escravidão nas Américas. O compromisso britânico não era totalmente investido de boas intenções e humanitarismo na visão das elites escravistas, ele visaria, principalmente, o controle do comércio mundial ao minar as economias escravistas e livrar-se da dependência do algodão sulista.¹²⁸

A Royal Navy geralmente concentrou seus esforços em suprimir o tráfico de escravos africanos, em vez de minar a escravidão doméstica; o Ministério das Relações Exteriores aplicou pressão diplomática em outras sociedades escravistas, mas não correndo o risco de desencadear um grande conflito armado.¹²⁹

A luta abolicionista e antitráfico mexia no cenário geopolítico no hemisfério ocidental e, se houvesse uma mudança crucial, como a anexação de Cuba pelos EUA, levaria a uma mudança no equilíbrio construído na Europa pós Napoleão. O tráfico para Cuba era apenas uma fração do feito para o Brasil, assim, as atenções britânicas voltaram-se ao Brasil. Estava no escopo da política externa de Palmerston, além da luta abolicionista contra o tráfico de africanos, a renovação dos tratados de comércio com o Brasil, tratados esses que o governo imperial buscou evitar na década de 1840, em uma nova política externa do Império.¹³⁰ Diante da recusa brasileira em renovar o tratado de comércio, Palmerston passou a agir mais incisivamente contra o tráfico no Brasil, “de acordo com a nova estratégia, (...) [os comandantes navais britânicos] empregariam seu conhecimento das condições locais para planejar ataques contra os traficantes de escravos nas águas territoriais

¹²⁸ *ibid.* p.26

¹²⁹ *ibid.* p.28

¹³⁰ Sobre a não renovação dos tratados desiguais pelo império brasileiro ver: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 5. ed. Brasília: UNB, 2021; DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. História das Relações Internacionais do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (Temas Essenciais em RI) e RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

do Brasil.”¹³¹ Dessa estratégia surgiram diversos atritos e escaramuças entre a marinha britânica e autoridades brasileiras em águas brasileiras, como o episódio do *Cormorant*, em Paranaguá.¹³² A pressão britânica se dava em torno da lei anti-escravidão de 1831, pressionando o governo brasileiro a abolir o tráfico e pressionando pela libertação dos escravizados após essa data, os africanos livres.¹³³

A partir de 1850, com os EUA envolvidos em suas questões internas relativas à escravidão e a Grã-Bretanha em renovada ofensiva no Atlântico, colocam o governo brasileiro na defensiva. Os ataques britânicos levam o Conselho de Estado, que via na situação uma quase beligerância, a colocar o governo em ação contra o tráfico, cujo fim debelaria a pressão imediata britânica. Em 1850 é assinada a lei Eusébio de Queiroz, que prevê o fim do tráfico de africanos para o Brasil.

Essa história resumida do fim do tráfico não dá conta de algumas nuances quando vemos pelo escopo maior do hemisfério ocidental e dos outros interesses que se conjugam para a manutenção da escravidão e do tráfico no Atlântico. A participação estadunidense nesse tráfico é uma delas e será abordada no próximo tópico.

3.3 - Escravidão, tráfico de escravos e a participação dos EUA

As ligações dos norte-americanos com o tráfico de africanos escravizados vinham de uma longa conexão entre as regiões fornecedoras de cativos, controlada por portugueses, com as regiões que recebiam esses escravizados nas colônias britânicas na América do Norte; no século XIX “havia um interesse contínuo no tráfico de escravos entre os Estados Unidos, de um lado, e Portugal e suas colônias - na África e na América do Sul, em especial - de outro.”¹³⁴ Oficialmente Washington era contrária ao tráfico, mas “hesitava em participar dos esforços para suprimir o tráfico, com base no princípio de defesa da soberania.”¹³⁵ Comerciantes de escravos estadunidenses tinham estabelecido uma grande relação comercial com a África Oriental na década de 1830, conectando essa região com o Brasil e os EUA, ao desempenhar um “papel de liderança no fomento ao comércio ilícito de escravos” e

¹³¹ PARRON, Tâmis. *The British empire and the suppression of the slave trade to Brazil*, p.29

¹³² MAMIGONIAN, Beatriz G.. *Entre o cruzador britânico e a honra nacional, a escravidão: revisitando o episódio do Cormorant (Paranaguá, 1850) e a repressão ao tráfico de escravos pelo governo brasileiro*.

¹³³ Para ver uma discussão completa sobre o tema ver MAMIGONIAN, Beatriz G.. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹³⁴ HORNE, Gerald. *O Sul mais distante*. p.34

¹³⁵ *ibidem*, p.36

de “peça fundamental no tráfico de escravos africanos”¹³⁶.

A pressão britânica teve papel no crescimento do tráfico com bandeira dos EUA, que se acentuou (...) depois de 1839, quando a Grã-Bretanha autorizou seus navios de guerra a deter navios negreiros com bandeira brasileira, espanhola e portuguesa, o que fez dos Estados Unidos o último país importante do Ocidente a não permitir a abordagem e a busca de seus navios no mar.¹³⁷ Na década de 1840, “quando o comércio ilegal atingiu o clímax no Brasil, cidadãos americanos pareciam estar em toda parte” usando “táticas tortuosas para contrabandear africanos para o Brasil.”¹³⁸ Uma das táticas era levar o navio até a costa africana com tripulação dos Estados Unidos e entregar o navio carregado com africanos às tripulações brasileiras. Outra era carregar dois conjuntos de documentos, um americano e outro brasileiro; “no caso de encontro com um cruzador americano, a bandeira brasileira era içada - com o cruzador inglês, a bandeira americana (...)”¹³⁹. Outra tática era disfarçar os navios como baleeiros. A costa oriental africana tornou-se a preferida dos traficantes por ter menor fiscalização e repressão. A ação do governo dos EUA era dúbia e falha: “Em vez de cooperar com Londres para algemar o tráfico ilícito, Washington agia, instintivamente, como um contrapeso ao poderio britânico.”¹⁴⁰ Durante esse período, o governo dos EUA era a ponta de lança dos interesses escravistas, com sua política externa quase sempre controlada ou atendendo aos interesses das elites escravistas.¹⁴¹

A pressão britânica surtiu efeitos no tráfico em geral e, em relação aos EUA, levou à assinatura do Tratado Webster-Ashburton em 1842, que definia as fronteiras na região do Maine e do lago Superior, mas também “obrigava Washington a manter uma esquadra naval na costa da África ocidental.”¹⁴² Tal tratado foi aceito pelos líderes escravistas porque era considerado taticamente interessante e porque também consideravam que, por esse tratado, a Grã-Bretanha renunciava ao direito de busca.¹⁴³ Entretanto, ainda havia o ponto de que “os tribunais americanos e a

¹³⁶ *ibidem* p.53 e p.54

¹³⁷ *ibidem*, p.55

¹³⁸ *ibidem*, p.57

¹³⁹ *ibidem*, p.58

¹⁴⁰ *ibidem*, p.76

¹⁴¹ Ver o trabalho de Matthew Karp: KARP, Matthew. *This vast southern empire: slaveholders at the helm of American foreign policy*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

¹⁴² *ibidem*, p.82

¹⁴³ KARP, Matthew. *This vast southern empire*, p.52

Marinha dos Estados Unidos ‘eram notoriamente tolerantes com o tráfico internacional de escravos’¹⁴⁴. Em um relatório de 1859, o Ministério das Relações Exteriores inglês afirmava que “o tráfico de escravos aumentou consideravelmente (...) e os navios envolvidos são quase exclusivamente americanos ou, de qualquer forma, têm documentação americana e hasteiam a bandeira americana.”¹⁴⁵ A repressão britânica ao tráfico para o Brasil, levou os traficantes americanos a concentrarem-se em Cuba e no sudoeste dos EUA.¹⁴⁶ Porém, havia pessoas e grupos contrários ao tráfico e à escravidão nos EUA, gerando tensões que foram aumentando até a eclosão da guerra civil.

Convém explicitar que a escravidão e o tráfico de escravizados nem sempre andavam de mãos dadas; havia aqueles que eram partidários de ambas, e aqueles que defendiam a escravidão, mas lutavam contra o tráfico. Nas palavras de Horne: “Afim de contas, havia uma distinção analítica entre escravidão e tráfico de escravos - e este último podia (...) reduzir o valor dos escravos existentes, pelo aumento da oferta.”¹⁴⁷ Exemplo disso era Henry Wise, governador da Virgínia e diplomata dos EUA no Brasil na década de 1840, que era defensor da escravidão e lutava contra o tráfico. “Internacionalistas pró-escravidão em toda a bacia do Caribe frequentemente insistiam nessa distinção entre escravidão e tráfico de escravos.”¹⁴⁸ A chave da questão aqui era que o tráfico, trazendo cada vez mais africanos, alimentaria peremptoriamente a possibilidade de revoltas e rebeliões de escravizados. Para estancar os males do tráfico, as sociedades escravistas do Brasil e de Cuba deveriam se reinventar aos moldes do Sul dos EUA: “estáveis, saudáveis e auto regenerativas.”¹⁴⁹ Wise também exemplifica outro pensamento que circulava nas elites escravistas do Sul dos EUA: o temor de que o tráfico de escravos aumentaria o número de africanos no Brasil podendo este se transformar em um novo - e muito maior - Haiti¹⁵⁰. Por trás da luta anti-abolicionista havia o temor de uma guerra racial nas Américas:¹⁵¹

¹⁴⁴ HORNE, Gerald. O Sul mais distante. p.82

¹⁴⁵ *ibidem*, p.208

¹⁴⁶ *ibidem*, p.210

¹⁴⁷ *ibidem*, p.101

¹⁴⁸ KARP, Matthew. This vast southern empire, p.78. No original: Proslavery internationalists across the Caribbean basin often found themselves insisting on this distinction between slavery and the slave trade.

¹⁴⁹ *ibidem*, p.79

¹⁵⁰ HORNE, Gerald. O Sul mais distante, p.102

¹⁵¹ KARP, Matthew. This vast southern empire, p.96

Como muitos outros no Sul escravista, Wise temia que a captura de navios negreiros por Londres, e o desvio de africanos para as colônias britânicas como aprendizes, fosse pouco mais do que guerra à escravidão na forma praticada pela trinca Estados Unidos, Brasil e Cuba, e um incentivo para aquelas colônias na competição mundial pelo domínio de produções agrícolas essenciais.¹⁵²

De maneira semelhante, nem todo abolicionista era um defensor da igualdade racial. Predominava no século XIX o pensamento racial hierarquizador e, comumente, os defensores da abolição pregavam a separação racial e, preferencialmente, que os africanos fossem enviados para outros lugares. Essa ideia de mandar os negros para outros lugares “(...) era, geralmente, vista como um complemento da emancipação.”¹⁵³ Maury era um exemplo de defensor da escravidão com posição antitráfico e que via na deportação dos africanos uma salvação contra a guerra racial e a odiosa miscigenação, pautado nas ideias de superioridade racial do branco anglo-saxão. Daí seu interesse na Amazônia: um local que apenas o africano poderia trabalhar, mas que para tornar-se civilizado, deveria ser colonizado pelo branco, que com o trabalho compulsório do africano poderia levar o progresso à região rica e abandonada.

A respeito da política interna dos EUA e da experiência de muitos estadunidenses com a escravidão ao passar pelo Brasil rumo à Califórnia, Horne diz:

Como no próprio tráfico ilícito de escravos, na qual predominavam nortistas, era difícil separar anjos e demônios nessa história, uma vez que democratas apoiavam a ampliação da escravatura, com base na noção de supremacia racial dos brancos, e os nascentes republicanos geralmente se opunham a essa ideia, invocando os mesmos princípios, preocupados com a própria presença generalizada dos de pele escura.¹⁵⁴

Assim percebemos que o pensamento racial molda o pensamento político e leva ao agir politicamente.

Sobre o tráfico de escravizados, sabemos que era um grande negócio que atraía a muitos e, por vezes, os interesses dos traficantes não eram os mesmos dos defensores da escravidão. Nova York tornara-se um grande centro do tráfico e de seus interesses, comerciantes norte-americanos levavam cativos para todas as regiões escravistas do continente. Chegou-se mesmo a cogitar a reabertura legal do tráfico. Diante desses interesses, ideias como as de Maury - que pressupunham o fim do tráfico - perdiam terreno, porque seu estado natal, a Virgínia, era exportadora

¹⁵² HORNE, Gerald. O Sul mais distante, p.106

¹⁵³ ibidem, p.157

¹⁵⁴ ibidem, p.128

de escravizados.¹⁵⁵ O presidente dos EUA, Abraham Lincoln, famoso pela abolição da escravidão, era partidário da deportação dos escravos emancipados, inclusive para a América do Sul.¹⁵⁶ O africano era visto como uma maldição que quase levou o país à ruína¹⁵⁷ e havia planos de deportação dos africanos para o Brasil, mais especificamente para a região amazônica, além dos de Maury, como os feitos por James Watson Webb, ministro dos EUA no Brasil durante a guerra civil.¹⁵⁸ Tais planos esbarraram no fato de que nenhum país queria trazer ex-escravizados e africanos como imigrantes.

O tráfico podia ser ponto de discórdia entre os senhores escravistas, mas a escravidão deveria ser defendida em um nível hemisférico contra a influência britânica.

3.4 - A conjunção de interesses escravistas

Brasil e Cuba, assim como o Texas (até a sua anexação), estavam no campo de visão das elites escravistas do Sul dos EUA pela percepção de que se tratavam, junto com o Sul, das únicas regiões onde a escravidão permanecia e era central na sociedade. “(...), como a segunda e terceira [Brasil e Cuba respectivamente] maiores sociedades escravistas do Ocidente, foram teatros naturais para a luta do governo [John] Tyler [1841-1845] para proteger o trabalho escravo nas Américas.”¹⁵⁹ Havia interesses comerciais e comerciantes dos EUA em ambas as regiões. Enquanto o Brasil era visto como uma ilha de estabilidade política em meio ao caos, Cuba era vista quase sempre como um território que poderia ou deveria vir a ser dos EUA; o sonho de anexação sempre esteve presente. Maior que a vontade de anexação, era apenas o medo da emancipação dos africanos (tal qual o Haiti) e uma população de milhões de africanos livres no Caribe, a poucos quilômetros da costa dos estados escravistas. De fato, havia uma comunhão de interesses escravistas - incluindo aí o das colônias francesas - em formar um bloco escravista que poderia fazer frente aos britânicos em sua campanha abolicionista, mas “os fios que uniam esses aliados anti-abolicionista, de Nova Orleans à Velha Castela, eram mais grosseiros do que

¹⁵⁵ Sobre o assunto ver HORNE, Gerald. O Sul mais distante. capítulo 7.

¹⁵⁶ *ibidem*, p.248

¹⁵⁷ *ibidem*, p.254

¹⁵⁸ *ibidem*, p.255

¹⁵⁹ KARP, Matthew. This vast southern empire, p.81

finos, mais frouxos do que rígidos.”¹⁶⁰ Apesar disso, o interesse e a ação diplomática dos EUA foram sempre ativos no Caribe e em todo o hemisfério quando se tratava de preservar a instituição da escravidão. Diante desse quadro, “para os diplomatas do Sul na e em torno da administração presidencial de John Tyler, era óbvio que o Brasil, como Cuba, ocupava uma posição vital na grande batalha hemisférica entre escravidão e liberdade”¹⁶¹

Essa atenção era demonstrada pela colocação de pessoas intimamente ligadas aos interesses escravistas em postos-chave para as relações exteriores, que buscavam defender a escravidão. O Caribe, preocupação imediata da política externa dos EUA pela proximidade e também pela forte presença britânica, era acompanhado de perto: “em toda a bacia do Caribe, agentes dos EUA mantiveram Washington informado sobre as políticas de raça e trabalho, mesmo em sociedades onde a escravidão havia sido parcial ou totalmente abolida.”¹⁶² Um caso especial era Cuba, pela proximidade e prosperidade.

Essa ilha, na década de 1840, recebeu apoio militar e diplomático dos EUA para manutenção de sua ordem escravista contra rebeliões internas e pressões britânicas sobre o governo espanhol.¹⁶³ Sobre essa movimentação dos EUA, Karp diz:

A implantação de uma força naval real em Havana por Tyler, sob os pretextos mais frágeis, disse muito sobre a prerrogativa quase imperial com a qual os líderes americanos encaravam os assuntos cubanos. Essa atitude não era nova nem se limitava exclusivamente aos senhores de escravos do sul. No entanto, apenas os principais sulistas da década de 1840 combinavam uma intensa solicitude pela escravidão cubana com uma suposição da supervisão imperial adequada dos Estados Unidos na região. Como eles viam, Cuba não era meramente uma futura província ou um parceiro comercial valioso, mas um aliado escravista vital — uma possessão espanhola, com certeza, mas em um sentido importante, um regime cliente sob o patrocínio pró-escravidão dos Estados Unidos. **Era dever do governo dos EUA, eles acreditavam, sustentar e defender esse aliado mais**

¹⁶⁰ ibidem, p.69

¹⁶¹ KARP, Matthew. This vast southern empire: slaveholders at the helm of american foreign policy. Cambridge: Harvard University Press, 2016. p.70. No original: To the southern diplomats in and around the presidential administration of John Tyler, it was obvious that Brazil, like Cuba, occupied a vital position in the larger hemispheric battle between freedom and slavery.

¹⁶²ibidem, p.81. No original: All around the Caribbean basin U.S. agents kept Washington informed about the politics of race and labor, even in societies where slavery had been partly or wholly abolished.

¹⁶³ ibidem, p.59-65

fraco do perigo antiescravista.¹⁶⁴ (grifo nosso)

De fato, as elites escravistas do Sul dos EUA usaram o aparato estatal para defender abertamente a escravidão em Cuba, no Caribe e em todo o hemisfério ocidental. Jornais invocavam, inclusive, a Doutrina Monroe¹⁶⁵ para a sua defesa: os EUA deveriam erguer-se e enfrentar a campanha abolicionista britânica no hemisfério.¹⁶⁶ “Para (...) os atores da política externa escravista em geral, a Doutrina Monroe representava não apenas uma rejeição ideológica do monarquismo europeu, mas um guarda-chuva útil para o avanço dos interesses americanos na região.”¹⁶⁷ A política externa escravista dos EUA, baseava-se em dois pontos críticos: a preocupação com a propriedade de escravizados além da fronteira americana e a crença na habilidade do governo de proteger essa propriedade.¹⁶⁸

Na década de 1850, com o novo quadro geopolítico desenhado pelas anexações estadunidenses e sua conseqüente excitação filibusteira (houve ao menos três tentativas de invasão da ilha na década de 1850) os olhares se voltaram com ênfase para a ilha. Apesar do interesse declarado nela e na ideia de que ela se tornaria, inevitavelmente, parte dos EUA, uma ação militar direta contra a colônia espanhola não era unanimidade, pois havia um medo maior, uma revolta escrava: “Poucos líderes do sul, não importa o quão devotados ao expansionismo, acreditavam que os Estados Unidos poderiam digerir uma refeição tão intragável quanto uma Cuba negra e livre.”¹⁶⁹ Esse medo foi bem utilizado pelos espanhóis: em caso de uma invasão americana, a ordem era libertar os escravizados e dar-lhes armas - Cuba seria espanhola ou africana.¹⁷⁰ A ilha, que durante o século XIX permanecia como colônia espanhola, sempre foi vista como um espaço que gerava

¹⁶⁴ *ibidem*, p.67. No original: Tyler’s deployment of an actual naval force to Havana, on the flimsiest of pretexts, said much about the quasi- imperial prerogative with which American leaders regarded Cuban affairs. This attitude was neither brand new nor confined exclusively to southern slaveholders. Yet only the leading southerners of the 1840s combined an intense solicitude for Cuban slavery with an assumption of the United States’ properly imperial oversight in the region. As they saw it, Cuba was not merely a future province or a valuable trading partner but a vital slaveholding ally— a Spanish possession, to be sure, but in an important sense a client regime under the proslavery patronage of the United States. It was the duty of the U.S. government, they believed, to sustain and defend this weaker ally from antislavery danger.

¹⁶⁵ DOCTRINA MONROE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Doutrina_Monroe&oldid=69110656>. Acesso em: 3 dez. 2024.

¹⁶⁶ KARP, Matthew. This vast southern empire, p.67

¹⁶⁷ *ibidem*, p.68

¹⁶⁸ *ibidem*, p.83

¹⁶⁹ *ibidem*, p.187

¹⁷⁰ *ibidem*, p.188

a cobiça das elites estadunidenses, inclusive do norte; segundo Karp a “compreensão do relacionamento entre Cuba e os Estados Unidos no século XIX girou em torno da perspectiva muito real de anexação americana.”¹⁷¹ Apesar do olhar imperialista, a questão da escravidão era mais importante do que o aspecto político para os escravistas do Sul. Aqui, novamente, a grande preocupação era com a Grã-Bretanha e sua campanha abolicionista.¹⁷²

Já o Brasil, a monarquia escravista da América do Sul, era tido como uma ilha de prosperidade e estabilidade em meio ao caos latino americano. Segundo maior espaço escravista das Américas, “O Brasil sempre teve uma relevância especial para os sulistas americanos” e “era óbvio que o Brasil, como Cuba, ocupava uma posição vital na batalha hemisférica mais ampla entre a liberdade e a escravidão; eram aliados estratégicos e ideológicos.”¹⁷³ Se a pressão britânica derrubasse a escravidão em um deles, logo os demais sucumbiriam, por isso a política externa norte-americana deveria ser vigorosa.¹⁷⁴ Apesar das conversas diplomáticas tratarem abertamente dos interesses escravistas e anti-abolicionistas, “a preferência pela colaboração informal, em vez de acordos vinculativos, foi a marca registrada da política externa pró-escravidão dos EUA (...)”¹⁷⁵, seja no relacionamento com Espanha e sua colônia em Cuba, seja com o Império do Brasil. Essa postura era sustentada pela crença de que um ataque à Cuba ou ao Brasil poderia “ enfraquecer a influência global da escravatura.”¹⁷⁶

Na década de 1850, período da campanha de Maury, também havia a percepção da importância da manutenção da escravidão no Brasil, deixando a questão política de se tratar de uma monarquia em segundo plano¹⁷⁷ e era um consenso de que “seu destino coletivo estava ligado ao do Brasil”¹⁷⁸. Porém, o Brasil não tinha nenhuma conexão imediata com a política interna e externa mais imediata dos EUA, sendo o interesse muito mais ligado à ideia de uma defesa da escravidão

¹⁷¹ KARP, Matthew. This vast southern empire, p.58

¹⁷² ibidem

¹⁷³ ibidem, p.70

¹⁷⁴ ibidem, p.70

¹⁷⁵ ibidem, p.76. No original: A preference for informal collaboration, rather than binding covenants, was the hallmark of U.S. proslavery foreign policy (...)

¹⁷⁶ ibidem, p.188. No original: it might actually weaken slavery's global clout.

¹⁷⁷ ibidem, p.147

¹⁷⁸ HORNE, Gerald. O Sul mais distante, p.227

em escala global¹⁷⁹. Podemos supor que esteja aí o principal fator que não levou os EUA a uma ação direta contra o Brasil no caso da livre navegação do Amazonas e preferir a ação diplomática: era mais interessante para os norte-americanos ter uma potência escravista na América do Sul do que aventurar-se militarmente no subcontinente. É preciso levar em conta também que a década de 1850 foi um período de turbulência política interna nos EUA em torno da expansão ou não da escravidão, como, por exemplo, os debates em torno do Ato de Kansas-Nebraska¹⁸⁰ e suas implicações no equilíbrio político norte-americano.

No início da década de 1840 o Texas ainda era uma república independente - e escravista - o que atraía a atenção do governo estadunidense do período, com as elites escravistas ocupando posições chave na administração, inclusive a política externa.¹⁸¹ Essa república era o quarto maior espaço escravista no início da década de 1840 e, como tal, deveria ser protegido pelos EUA¹⁸². “Ameaçada por forças abolicionistas da Grã-Bretanha e do México, a República da Estrela Solitária representou uma arena fundamental na batalha maior sobre o futuro da escravidão”¹⁸³, caso o abolicionismo vencesse nesse território, haveria uma séria ameaça a toda organização social sulista ao ter, em suas fronteiras, um espaço abolicionista habitado por mestiços e mulatos.¹⁸⁴

Em abril de 1842, diante da guerra entre Texas e México, Henry Wise (o mesmo que viria a ser diplomata dos EUA no Rio de Janeiro poucos anos depois) “entregou uma declaração notavelmente franca de imperialismo pró-escravidão”¹⁸⁵ no Congresso americano, transformando a ameaça antiescravista mexicana em uma abertura para a expansão pró-escravidão americana:

Se o Texas proclamasse uma cruzada contra os estados ricos ao sul dela, os americanos do outro lado do vale do Mississippi iriam se reunir ao seu estandarte, e nenhuma fraca resistência mexicana poderia quebrar seu avanço. (...) e o resultado seria que antes de mais um quarto de século a

¹⁷⁹ KARP, Matthew. This vast southern empire, p.148

¹⁸⁰ ATO DE KANSAS-NEBRASKA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ato_de_Kansas-Nebraska&oldid=67113546>. Acesso em: 13 dez. 2023.

¹⁸¹ KARP, Matthew. This vast southern empire, p.61

¹⁸² ibidem, p.82

¹⁸³ ibidem, p.82. No original: Threatened by abolitionist forces from both Great Britain and Mexico, the Lone Star Republic represented a key arena in the larger battle over the future of slavery.

¹⁸⁴ ibidem, p.82

¹⁸⁵ ibidem, p.83

extensão da escravidão não pararia antes do Oceano Ocidental.¹⁸⁶

Em 1843 o governo Tyler inicia a campanha para anexação da República e, entre as justificativas para os sulistas, estava a preservação da escravidão.¹⁸⁷ Mas,

Para ganhar apoio nacional para a medida, é claro, eles ofereceram outros argumentos: que o Texas seria uma bênção para a economia nacional e um mercado para as manufaturas do norte, uma adição fundamental para bloquear o cerco britânico do Golfo do México até o Canadá e, o mais desonestamente, uma válvula de segurança para a difusão final da escravidão americana.¹⁸⁸

De qualquer maneira, em última instância, a anexação do Texas servia ao propósito de defender o trabalho cativo no hemisfério.¹⁸⁹ Uma república independente e não escravista na fronteira dos estados era inadmissível e os temores de uma aliança com uma Grã-Bretanha abolicionista, levando uma guerra racial ao coração do Sul, eram um pesadelo.¹⁹⁰ A partir de 1843, iniciaram-se as conversas sobre a anexação como governo do Texas, motivadas pelo medo permanente - e por vezes paranoico - de um complô britânico para emancipar a população escravizada daquele território. As conversas começaram discretamente por medo de uma interferência britânica e resistência política interna.¹⁹¹ A política incluía a garantia da manutenção de Cuba como domínio espanhol - e escravista, pois “proteger a escravidão de um lado do Golfo do México enquanto vê-la destruída do outro não seria vitória alguma.”¹⁹² A anexação parecia ser a melhor opção para a garantia do trabalho escravo no Texas, apesar de que a garantia da manutenção da escravidão era o suficiente para as

¹⁸⁶ *ibidem*, p.83. no original: On the floor of Congress, Henry Wise took the lead in denouncing the Anglo-Mexican threat to continental slavery. “The tyrant of Mexico,” he declared in April 1842, “was now at war with Texas, and had threatened that he would invade her territory, and ‘never stop till he had driven slavery beyond the Sabine’ ”— the river boundary between Texas and the southern United States. His face no doubt assuming its familiar expression of livid pallor, Wise raised the horrifying prospect that “Mexican arms might drive back the slaves of Texas . . . upon Louisiana and Arkansas.” But what most marked this 1842 speech was the alacrity with which he transformed the Mexican antislavery threat into an opening for American proslavery expansion. If Texas would only “proclaim a crusade against the rich States to the South of her,” he declared, Americans from across the Mississippi valley would “flock to her standard,” and no feeble Mexican resistance could break their advance. “And would not all this extend the bounds of slavery?” Wise asked, anticipating potential northern objections to his vision. “Yes, and the result would be that before another quarter of a century the extension of slavery would not stop short of the Western Ocean.”

¹⁸⁷ *ibidem*, p.84

¹⁸⁸ *ibidem*, p.84-85. No original: To win national support for the measure, of course, they offered other arguments— that Texas would be a boon to the national economy and a market for northern manufactures, a key addition to block British encirclement from the Gulf of Mexico all the way up to Canada, and, most disingenuously, a safety valve for the ultimate diffusion of American slavery.

¹⁸⁹ *ibidem*, p.85

¹⁹⁰ *ibidem*, p.86

¹⁹¹ *ibidem*, p.87

¹⁹² *ibidem*, p.88. No original: (...) to protect slavery on one end of the Gulf of Mexico while seeing it destroyed on the other would be no victory at all.

elites escravistas, independente de ligações políticas.¹⁹³ Nas palavras de Karp:

Nada disso significava que a anexação do Texas seria simples. Entre 1843 e 1845, foi necessário que os líderes sulistas superassem a resistência do Partido Whig, a inconstância do governo do Texas e a oposição combinada da diplomacia britânica e mexicana. Esses obstáculos exigiam um compromisso com a defesa hemisférica da escravidão que transcendesse os princípios tradicionais sulistas e democratas — direitos dos estados, uma construção rigorosa da Constituição e poder federal descentralizado. Mas em seus esforços furiosos para tornar o Texas seguro para a escravidão, os sulistas nas administrações Tyler e Polk contornaram esses potenciais obstáculos ideológicos com impressionante facilidade. Em meados da década de 1840, a política externa da escravidão provou ser quase imune às restrições políticas domésticas.¹⁹⁴

No entendimento das elites escravistas a grande ameaça à escravidão vinha do imperialismo abolicionista britânico que deveria ser enfrentado com o poder nacional dos EUA, via política externa e poder militar-naval. O cenário internacional era hostil e perigoso para os proprietários de escravos.¹⁹⁵ A questão em torno do Texas assumiu contornos decisivos na política interna dos EUA, com o candidato que se colocou a favor da anexação expressamente se elegendendo em 1844 - James Polk.¹⁹⁶ Quando este assumiu o governo a anexação já havia sido aprovada no Congresso e a administração anterior já havia iniciado o processo em seus últimos dias de governo.¹⁹⁷ A anexação do Texas foi:

(...) talvez a realização quintessencial da política externa da escravidão. A medida envolveu todos os aspectos centrais daquele programa em evolução: atenção febril ao equilíbrio internacional entre escravidão e liberdade; crença inquestionável no poder do Sul para comandar a política externa americana, e no poder da política externa americana para comandar o mundo; e uma disposição para trazer todo o peso do governo dos EUA para dar suporte à questão.¹⁹⁸

A anexação do Texas foi o ponto alto da política externa escravista dos

¹⁹³ *ibidem*, p.89

¹⁹⁴ *ibidem*, p.89. No original: None of this meant that Texas annexation would be simple. Between 1843 and 1845 it required southern leaders to overcome the resistance of the Whig Party, the fickleness of the Texas government, and the combined opposition of British and Mexican diplomacy. These obstacles demanded a commitment to the hemispheric defense of slavery that transcended traditional southern and Democratic principles— states' rights, a strict construction of the Constitution, and decentralized federal power. But in their furious efforts to make Texas safe for slavery, southerners in the Tyler and Polk administrations bypassed these potential ideological hurdles with impressive ease. In the mid-1840s the foreign policy of slavery proved nearly impervious to domestic political restraints.

¹⁹⁵ *ibidem*, p.90-91

¹⁹⁶ *ibidem*, p.95

¹⁹⁷ *ibidem*, p.98

¹⁹⁸ *ibidem*, p.100. No original: The annexation of Texas was perhaps the quintessential achievement of the foreign policy of slavery. The measure involved all the central aspects of that evolving program: feverish attention to the international balance between slavery and freedom; unquestioning belief in the power of the South to command American foreign policy, and the power of American foreign policy to command the world; and a willingness to bring the full weight of the U.S. government to bear on the question.

sulistas e o primeiro grandioso passo para a consolidação do império escravista na América do Norte, fortalecendo a posição sulista dentro da união e a dos EUA em nível global, objetivos alinhados com a política externa da escravidão.¹⁹⁹ Nos anos seguintes à anexação do Texas, o governo Polk incitou e levou a cabo uma guerra contra o México, onde tomou boa parte do seu território, estendendo o território dos EUA até à Califórnia. Esse movimento não foi exclusivamente originado na defesa da escravidão, já que o presidente tinha compromissos políticos e pessoas ligadas ao norte em seu governo.

Durante o século XIX, com a expansão dos mercados mundiais do período, houve um novo florescimento da escravidão em alguns espaços, notadamente o Sul dos EUA, Brasil e Cuba. Além dos interesses ideológicos similares, havia também conexões econômicas importantes entre esses espaços, que

fortaleceu a estabilidade institucional da escravidão nos três países, exatamente no momento em que as forças antiescravistas estavam surgindo como um fator decisivo para a mudança social no cenário mundial. Essa rede enriqueceu os proprietários de escravos locais, deu aos cubanos e brasileiros acesso mais fácil aos navios, à tecnologia e ao capital norte-americanos, aumentou a importância relativa de Cuba e do Brasil para os Estados Unidos e reformulou a república como um estado-tampão contra o abolicionismo mundial.²⁰⁰

A guerra contra o México e a tomada do seu território foi o primeiro passo imperialista dos EUA no continente.²⁰¹ Porém, esse expansionismo e imperialismo colocou a diplomacia brasileira em alerta quando as atenções da política externa norte-americana se voltaram para a livre navegação do Amazonas. O governo imperial via nessa ambição pela Amazônia, propagada por Maury, um novo Texas ou, pior, um novo México. Para aplacar essas desconfianças, a diplomacia estadunidense justificou, para o governo brasileiro, a anexação do Texas como uma proteção à escravidão e que o interesse no Amazonas era puramente comercial.²⁰²

Diante desse quadro de expansão e imperialismo dos EUA, mesmo que em

¹⁹⁹ *ibidem*, p.104

²⁰⁰ PARRON, Tâmis. Slavery and the Power of Trade: markets and geopolitics in the nineteenth-century americas. *Current Trends In Slavery Studies In Brazil*, [S.L.], p. 125-150, 8 maio 2023. De Gruyter. <http://dx.doi.org/10.1515/9783111026527-007>. No original: Both materially and ideologically, it strengthened the institutional stability of slavery in the three countries just as anti-slavery forces were emerging as a decisive factor for social change in the world arena. This network enriched local slaveholders, gave Cubans and Brazilians easier access to North American ships, technology, and capital, increased the relative importance of Cuba and Brazil for the United States, and recast the republic as a buffer state against world anti-slavery.

²⁰¹ KARP, Matthew. *This vast southern empire*, capítulo 5

²⁰² *ibidem*, p.75

defesa da escravidão, fica difícil ver uma aliança para além do campo ideológico entre entidades políticas tão diferentes do ponto de vista geopolítico e econômico, algo que Parron pressupõe. Havia sim um entrelaçamento de interesses, mas não uma visão política e social comum. Na visão dos norte-americanos, tal entrelaçamento de destinos não significava respeito às fronteiras ou soberanias, passava também por anexações e controle de territórios. A própria secessão dos estados sulistas serve como exemplo dessa postura. Além disso, a questão racial influenciava profundamente o pensamento dos senhores de escravos norte-americanos. O espaço que pessoas ditas de cor gozavam na sociedade brasileira os espantava, até mesmo enojava. O Brasil era visto como um espaço de degradação racial. Após a guerra civil, muitos sulistas tentaram emigrar para o Brasil, buscando manter seu modo de vida sob a instituição da escravidão, mas malograram em adaptar-se à sociedade brasileira²⁰³. A posição das elites sulistas estava muito mais próxima de um imperialismo escravista do que de uma aliança política com o Império.

Com relação à Amazônia e aos planos, lícitos e ilícitos, de colonização da região, como os de Maury, percebe-se que ela ainda ocupava um imaginário de riqueza fabulosa (logo desmentida) e que, na prática, era vista como um território que poderia servir à expansão da escravidão no hemisfério. Sempre houve importante presença comercial americana na região e, por isso, Washington mantém e apoia planos de expedições, como a de Herndon, que tinha Maury por trás na sua autorização e orientação. O relato da viagem de Herndon à Amazônia tornou-se um *best-seller*. Os planos de Maury e sua influência se fizeram presentes no governo dos EUA. Homens como o secretário da Marinha, William Graham, viam esses planos com bons olhos e o governo estadunidense pressionou o Brasil pela abertura da livre navegação através dos canais diplomáticos. Maury gozava de prestígio e tinha contatos que o levavam diretamente à Casa Branca e ao Congresso dos EUA.

A questão racial pode não ser colocada em primeiro plano na retórica de Maury, mas é o pano de fundo e o molde de seu pensamento, assim como muitas das ideias das elites políticas estadunidenses, seja do sul escravista, seja do norte abolicionista. Interesses comerciais e econômicos em torno da mão de obra cativa conjugavam-se com esse pensamento para justificar o *status quo* das sociedades

²⁰³ Para mais detalhes ver HORNE, Gerald. O Sul mais distante, capítulo 10 - Confederados no Brasil.

escravistas e o uso do africano como mercadoria.

4 - Política do Império e o tráfico

A emigração americana para o Amazonas seria um imenso perigo.²⁰⁴

²⁰⁴ O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção de Negócios Estrangeiros:

O Império do Brasil nasceu no século XIX como um espaço escravista; sua economia e sociedade funcionavam em torno dessa instituição. As lutas abolicionistas perduraram durante todo o século, até sua efetivação, em 1888. Não entra no escopo deste trabalho um minucioso relato sobre a história abolicionista brasileira, que perpassa como pano de fundo, pois vamos abordar questões que a tangenciam, mas que foram essenciais no campo da política externa e das relações internacionais. A mais premente e notória foi a questão do fim do tráfico de escravizados perante a pressão geopolítica exercida pela Grã-Bretanha. Contudo, podemos colocar, além das questões políticas internas, a pressão dos EUA pela livre navegação do Amazonas nesse bojo. Por ser a Amazônia, no período, uma área remota e os olhares estarem voltados para a região do Prata, essa pressão passa, por vezes, despercebida. Para entendermos como essa pressão resultou na formulação de uma doutrina e uma política externa para a navegação fluvial, vamos analisar os relatórios do Conselho de Estado, importante engrenagem da política imperial do século XIX.

4.1 - O Conselho de Estado

O Conselho de Estado é um local de análise privilegiado da política imperial (“a cabeça do império” nas palavras de José Murilo de Carvalho ou o cérebro da monarquia, nas palavras de Joaquim Nabuco), podendo ser entendido como uma instituição “ligada diretamente ao poder central, em geral com ampla autonomia política e extensa ação reguladora e normativa e como lócus por excelência de redes políticas e sociais que concediam representatividade ao Estado e legitimava suas ações.”²⁰⁵ O Conselho tinha papel central na monarquia brasileira, foi criado logo após a independência e confirmado pela constituição de 1824. Extinto durante as reformas liberais de 1834, foi restabelecido em 1841 dentro do contexto de consolidação do Estado brasileiro, sendo uma de suas instituições mais sólidas e

1854-1857 / Fundação Alexandre de Gusmão – 2. ed. – Brasília : FUNAG ;
Câmara dos Deputados, 2023. p.89

²⁰⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar. p.181

que se extinguiu junto com a monarquia, a qual procurava regular e controlar.²⁰⁶

Sendo uma parte do Poder Moderador,

Indiretamente, o Conselho sempre esteve ligado à idéia de que representava uma saída conciliatória à aceitação do poder pessoal do monarca em uma sociedade política que, mesmo que moderadamente, não ousava desprezar os preceitos liberais que imperavam no cenário internacional.²⁰⁷

Obviamente que, ao ser umas das mais importantes engrenagens da monarquia, o Conselho refletia essa posição, tendo “uma parcialidade em favor do sistema, especialmente do Poder Moderador e da centralização em geral.”²⁰⁸ Além disso, sua composição evitava os extremos radicais da política de então.

O elevado número de políticos para os quais não se pode identificar a filiação, aliado àqueles que publicamente assumiram uma posição apartidária e aos eternos adeptos da idéia da Conciliação, que sempre evitaram assumir posições radicais, fossem conservadores ou liberais, corroborava a tendência moderada no interior da instituição.²⁰⁹

Tendo essas considerações em mente e lembrando que as manifestações políticas no período em tela são mais variados do que as representações no Conselho, entendemos que esta esfera é importante para a análise que realizamos pois a política externa é uma política de Estado, e como tal é formulada dentro da estrutura estatal. Acerca do assunto, aparecem vozes políticas divergentes e vozes políticas locais nas questões sobre a navegação do Amazonas, mas que não farão parte da análise sistemática deste trabalho por fugirem do seu escopo. Levando tudo isso em consideração,

o estudo sobre o Conselho, como instância de relacionamento entre o Estado e as elites, assume inegável importância, uma vez que o órgão traduziu, por um lado, o pensamento do Governo, por outro, sua adequação aos interesses dos grupos dirigentes e das elites ali presentes, permitindo observar como se davam as relações entre os grupos dominantes e compreender os espaços e os limites que se colocavam para a execução de seus princípios e projetos para o país.²¹⁰

²⁰⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. Topoi (Rio de Janeiro), v. 7, p. 178-221, 2006. p.179

²⁰⁷ *ibid.* p.180

²⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem & Teatro das sombras. p.362

²⁰⁹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar. p.184

²¹⁰ *ibid.* p.180

José Murilo de Carvalho aponta alguns dados e traz algumas informações sobre Conselho de Estado: sua preocupação, às vezes exagerada com soberania, seja interna seja externa; seus membros vinham de longas carreiras políticas - 73,6% de seus integrantes ocuparam os postos de Ministros, Senadores e Deputados; legislações importantes para o Império foram redigidas no Conselho (Lei de Terras, Lei do Ventre Livre); o imperador tomava parte e levava a sério o trabalho do Conselho e que seus conselheiros eram ciosos do seu trabalho e buscavam sempre defender o Conselho no quadro político. Dessa forma "(...) pode-se observar que o Conselho de Estado configurava-se indiscutivelmente como uma instituição que priorizava a ação política. Quase todos os conselheiros possuíam uma trajetória ligada à máquina administrativa do Estado (...)”²¹¹

Sobre os conselheiros, Carvalho diz que “a preocupação com os interesses do Estado ofuscava mesmo a defesa dos interesses mais específicos dos grupos dominantes”²¹², mas aponta para Paulino Soares de Sousa, relator para a questão da navegação do Amazonas (o qual analisaremos na sequência), e diz que:

a exceção principal era Paulino J. Soares de Souza, consistente defensor dos decadentes cafeicultores fluminenses, inimigo declarado dos gabinetes abolicionistas de Dantas e João Alfredo, assim como já o fora do de Rio Branco antes de ser nomeado conselheiro. Para ele e Andrade Figueira, também fluminense e também conservador, o Império tinha sua base nas “classes conservadoras”, isto é, na agricultura e no comércio. As reformas abolicionistas, segundo eles, alienavam o apoio dessas classes, pondo em perigo a sobrevivência da monarquia²¹³

A trajetória social dos conselheiros e demais estadistas do Império e sua moldura intelectual e ideológica seria um campo fértil para aprofundamento histórico e um ponto importante. Sobre a constituição social do Conselho é

fundamental (...) a identificação das redes de sociabilidade e parentesco que se pode observar a partir das elites reunidas no Conselho de Estado e suas relações de continuidade no que se refere aos principais grupos econômicos do país — os grandes negociantes e proprietários de terras e escravos — e às oligarquias regionais (...)

Essa elite intelectual e administrativa imperial não era um grupo homogêneo. Formava uma rede de relações que reunia interesses diversos e sua atuação respondia às circunstâncias. Buscavam manter seu status político, econômico e

²¹¹ *ibid.*, p.184

²¹² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem & Teatro das sombras*. p.377

²¹³ *ibidem*

social dentro dessa rede de relações, seja em nível nacional, seja em nível regional.²¹⁴ Esse grupo,

acumulando simultaneamente cargos e funções, suas trajetórias traduzem as intrincadas inter-relações entre o político e o econômico, entre o público e o privado, demonstrando seu poder de interferência, controle e decisão sobre os destinos do país para além da política de Estado.²¹⁵

No entendimento de Carvalho, apesar de não defenderem interesses de classe mais imediatos, os conselheiros defendiam os interesses de classes mais difusas, expostas em uma preocupação com a ordem²¹⁶. Para Maria Fernanda Martins, a tendência moderada “traduz os embates e esforços de controle do ritmo das reformas e da manutenção da ordem hierárquica e governabilidade.”²¹⁷ Tal postura fica evidente nas questões que tocam a escravidão e aponta que as reformas, mesmo contrárias ao interesse das classes dominantes, tinham como justificativa evitar desordens sociais que poderiam ser perigosas:

No fundo, tratava-se de novo da visão estatista: era preferível que o governo se antecipasse e promovesse a reforma embora incorrendo na ira dos donos de terra, do que permitir que no futuro o conflito se ampliasse, seja numa guerra civil, como nos Estados Unidos, seja em rebeliões de escravos, como em algumas das colônias europeias do Caribe. A defesa intransigente dos interesses escravistas, representada por Olinda (“a escravidão é uma chaga em que se não deve tocar”), foi derrotada em favor do reformismo controlado.²¹⁸

Percebe-se que as mesmas preocupações que assombravam as elites escravistas do Sul dos EUA, também assombravam os senhores de escravos brasileiros. O Haiti era o grande exemplo daquilo que não poderia ocorrer. O povo em geral não entrava nas considerações desses conselheiros, a menos que fosse sob a ótica da ordem também. Sua participação política deveria ser evitada.²¹⁹ Percebe-se que o Conselho de Estado era um órgão de Estado que trabalhava para o Estado e assumia as características políticas da monarquia imperial brasileira: elitista e conservadora. Em sua conclusão sobre o Conselho Carvalho diz:

A localização no ápice da burocracia, a preocupação quase obsessiva com a defesa dos interesses do Estado, a resistência à expansão da participação política, consequências em parte do sistema centralizante que ajudara a criar, colocavam-no em precárias condições para responder com agilidade às mudanças sociais e políticas que se processavam, às vezes como fruto

²¹⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar. p.212

²¹⁵ *ibid.* p.185

²¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem & Teatro das sombras. p.378

²¹⁷ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar. p.85

²¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem & Teatro das sombras. p.378

²¹⁹ *ibid.* p.379

de decisões por ele mesmo tomadas. De sua posição no alto da fortaleza de um Estado alicerçado em uma economia de exportação, os conselheiros tinham visão privilegiada dos horizontes distantes e dos perigos que pudessem ameaçar suas defesas. Mas pela mesma posição tinham dificuldades em perceber e refletir o que se passava a seus pés nos becos do sistema político.²²⁰

Para Martins, este órgão teve importante papel na centralização política do Segundo Reinado,

Regulando as relações e os limites entre os poderes, discutindo e propondo as leis do Estado, em todas as suas instâncias, a instituição teve um papel fundamental na consolidação do poder central e da monarquia constitucional, procurando sempre conduzir o ritmo das reformas.²²¹

O Conselho atuava em caráter jurídico e administrativo e, na prática, “esvaziou a ação do Supremo Tribunal, (...) assumindo o papel de árbitro nas contendas judiciais, esclarecendo e preenchendo as lacunas da legislação, impondo limites e definindo competências”²²². Somando-se a esse caráter político-administrativo vemos, como no caso da navegação do Amazonas, o Conselho atuava na formulação da política externa. Além disso, o órgão dava conta também de questões de direito internacional privado, como sucessão de herdeiros estrangeiros e outras questões sobre relações internacionais que ainda não estavam reguladas pelo direito internacional no século XIX. Portanto, na construção política brasileira do XIX, “os indivíduos reunidos no Conselho de Estado detiveram efetivamente o poder de decisão sobre os destinos do país e o exerceram através das principais instituições governamentais.”²²³

Sobre suas atas como fonte, Carvalho aponta que apresentam a vantagem de tratar-se de um discurso mais direto:

As atas apresentam também certas vantagens analíticas em relação a outras fontes e mesmo em relação à produção intelectual dos conselheiros fora do âmbito do Conselho. As vantagens têm a ver com as circunstâncias em que eram produzidos os discursos e com a divulgação que lhes era dada. As reuniões do Conselho limitavam-se aos doze conselheiros, ao imperador e à eventual presença de algum ministro, e só excepcionalmente eram as atas divulgadas além dos círculos de ministros. Nessas condições, o discurso tendia a tornar-se muito mais franco, e desnudar-se de características formais e políticas que em geral fazem de outras fontes material mais opaco à análise.²²⁴

²²⁰ *ibid.* p.383

²²¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar. p.205

²²² *ibid.* p. 205

²²³ *ibid.* p.212

²²⁴ CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem & Teatro das sombras. p.360

E Martins corrobora essa posição quanto à maior liberdade dos conselheiros:

De fato, sendo vitalício, e estando distante das amarras que eventualmente poderiam representar os partidos, as exigências eleitorais e as audiências públicas da Assembléia Geral, para seus membros o fórum constituído pelo Conselho possibilitava uma maior liberdade de ação, assim como maior liberdade para a defesa de interesses e a proposição e debate de idéias e projetos.²²⁵

Diante dessas considerações, entendemos ser o Conselho de Estado local privilegiado para estudos da política externa brasileira no século XIX e que suas atas trazem informações importantes para a análise que realizamos.

4.2 - A campanha de Maury e o Império

A questão da navegação do Amazonas, levantada pela campanha de Maury, chega ao Conselho de Estado em 17 de janeiro de 1854, tendo como relator Paulino José Soares de Sousa, que fora Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1849 a 1853. Relatório este assim descrito por Carvalho;

O documento mais notável no que se refere à preocupação com a soberania é um parecer da seção dos Negócios Estrangeiros sobre a abertura do Amazonas, redigido por Uruguai em 1854. Nele, ao mesmo tempo em que insiste na necessidade de aderir às normas internacionais que regiam a navegação fluvial, o relator percebe com clareza os perigos que a medida poderia acarretar, principalmente em face do expansionismo americano, que acabara de incorporar boa parte do território mexicano, e sugere medidas preventivas.²²⁶

Oficialmente o relatório busca dar uma resposta às questões levantadas pelo governo peruano, que pelo tratado de 1851 entendeu, em decreto posterior, que a navegação seria livre a todas as nações, mesmo as não ribeirinhas. Este ponto foi mencionado por Maury como dando direito de navegação aos estadunidenses no Amazonas. Nesse longo e minucioso relatório - aprovado por maioria -, que aborda em profundidade a questão da navegação do Amazonas, Paulino deixa claro que o parecer deve responder questões cruciais em termos de política externa: “1º – Quais são os princípios de direito que regem a matéria [?] 2º – Qual a nossa posição nesta questão? Quais são os seus perigos e inconvenientes? 3º – Qual é a política que nos convém seguir?”²²⁷

²²⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar. p.203

²²⁶ CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem & Teatro das sombras. p.376

²²⁷ O Conselho de Estado e a política externa do Império, p.34

No primeiro ponto o relator recorreu aos mesmos argumentos de Pedro de Angelis, da propriedade do Estado sobre o território e da exclusividade de navegação nos rios que cortam esse território e elencou a doutrina jurídica internacional sobre o assunto. Paulino fez uma análise da política externa dos EUA com relação à navegação dos rios em seus territórios e apontou que a doutrina defendida nesse país coadunava-se com a emanada por seu governo e buscava atender aos interesses imediatos do país. O relator teceu críticas diretas e indiretas à postura ambiciosa e hipócrita dos EUA, que mudavam sua posição conforme o seu interesse, e apontou que os tratados firmados por esse país com a Inglaterra acabavam por estar de acordo com a doutrina do direito das gentes (direito internacional público).

Ao abordar os interesses dos EUA em relação ao Amazonas, disse que:

A Seção não conhece precedente algum, discussão alguma pela qual uma nação não ribeirinha, e sem direito convencional, pretendesse ter o de navegar rios do domínio de outra.

Essa pretensão começa a aparecer por parte dos americanos relativamente ao Amazonas.²²⁸

Na sequência Paulino teceu críticas diretas às potências da época, juntamente aos EUA :

A Inglaterra e a França hão de acompanhá-los em certa distância para participarem do imaginado **grande banquete comercial** que há de trazer a abertura do deserto Amazonas. Não podendo, ou não se atrevendo a contrastar **a marcha rapidamente invasora dos Estados Unidos**, acompanham-nos para tirar algum partido ainda que pequeno, e para que não gozem sós. Os Estados Unidos aceitam e estimam a cooperação **para disfarçar a sua ambição**, e facilitar a empresa, certos como estão de que será seu o quinhão principal.²²⁹ [grifos nossos]

Ele ainda mencionou a campanha pela abertura do Amazonas na imprensa americana, chamando de repugnante. No mesmo período, o novo representante do governo dos EUA junto à Corte renovou o pedido pela abertura do rio ao governo brasileiro apoiando-se na doutrina norte-americana de que os rios seriam, como os mares, de livre navegação à todos.

O ponto seguinte se deu em relação ao Tratado de 1851 com o Peru e o decreto daquele governo (usado como argumento por Maury) e sua postura.

²²⁸ ibid. p.57

²²⁹ ibidem

Mas o governo peruano fez a concessão aos Estados Unidos e a outras nações (...), atuado pela influência americana, ou pela própria conveniência de criar uma situação e interesses que lhe abrissem mais francamente o Amazonas.

Os americanos e ingleses têm “*los mismos derechos*” que têm os brasileiros, dada a hipótese de obterem a entrada do Amazonas.²³⁰

Paulino então concluiu que “O governo peruano procedeu habilmente, e como lhe aconselhava o seu interesse. Por meio de uma concessão, (...), **livrou-se (e era-lhe isso fácil porque é ribeirinho superior) dos americanos, e empurrou-os para nós.**”²³¹ [grifos nossos]. Analisando a documentação peruana, Paulino observou que o governo peruano alinhava-se no entendimento brasileiro de que a navegação é devida aos ribeirinhos, mas discordava do entendimento de que, pelo tratado de 1851, o Peru teria direito de navegação até a embocadura do Amazonas: “Este despacho pressupõe que o Peru está efetivamente no gozo do direito de entrar e sair pela embocadura do Amazonas. Essa convenção não abriu o Amazonas à bandeira peruana a fim de poder entrar e sair para o oceano.”²³²

Após pacificar o entendimento sobre a convenção com o Peru de 1851 e os posteriores atos emanados pelo governo peruano acerca da navegação do Amazonas, Paulino passou para a o segundo ponto - os perigos e inconvenientes. Com relação à Bolívia, apontou o histórico daquele país em tentar promover a navegação de seus rios sob o entendimento de que a navegação dos rios é livre até o oceano. Fez o mesmo com relação ao Peru mencionando os tratados assinados. Em ambos os casos não deixou de apontar a influência dos EUA sobre os dois países nesse assunto. Nova Granada [atual Colômbia], declarou livre a navegação em seus rios em 1852. Dos acordos desse país com as potências, Paulino concluiu: “É do interesse dessas repúblicas fazer essas concessões, porque por meio delas interessam nações fortes em atuar sobre o Brasil, a fim de que ponha franco o caminho.”²³³ Em 1853 a Confederação Argentina liberou a navegação dos rios Paraná e Uruguai à todas as bandeiras e, mencionando tratado deste país com França, apontava novamente que o Brasil passava a ter que se entender com as potências estrangeiras sobre a navegação em seu território.

²³⁰ *ibid.* p.59

²³¹ *ibid.* p.60

²³² *ibid.* p.62

²³³ *ibid.*, p.72

Sobre os EUA, Paulino iniciou dizendo que “as tentativas feitas pelos Estados Unidos para se introduzirem no Amazonas são muito anteriores aos primeiros passos dados pelo Brasil para se entender com os ribeirinhos.”²³⁴ Na década de 1850 ele apontou a pressão diplomática direta do governo estadunidense na questão e também os empreendimentos privados que visavam a região. Sobre isso vaticinou:

O certo é que o governo americano procura explorar por sua conta, por seus engenheiros, e naturalistas o rio Amazonas, suas margens e tributários, e que isso envolve como consequência necessária a pretensão de obter a livre navegação deles para a sua bandeira.²³⁵

Na sequência Paulino citou diretamente a campanha de Maury:

Mr. Webster mandou entregar em 1850 ao nosso ministro em Washington o ofício que dirigira ao ministro da Marinha sobre a navegação do Amazonas o tenente da Marinha dos Estados Unidos Maury, **um dos mais ativos exploradores desse rio, e um dos mais ardentes promotores da sua livre navegação.** O tenente Maury obra de inteligência e **debaixo da proteção do governo dos Estados Unidos, que acolhe as suas doutrinas. As suas publicações são as que mais têm concorrido para desenvolver e excitar a propaganda.**²³⁶ [grifos nossos]

Ponderou o conselheiro que os relatos de Maury eram exagerados e buscam atizar a cobiça sobre a região. Como contraponto, transcreveu um relatório do presidente da província do Pará onde ele enumerava as dificuldades da região. Concluiu o parágrafo dizendo: “Mas por mais que aquelas considerações sejam repetidas, e comentadas, elas não podem hoje mudar os ânimos e desviar o perigo que nos ameaça.”²³⁷ Diante da identificação de uma ameaça, passava às posições que deveriam ser assumidas, admitindo, inicialmente, que “se nos opusermos aberta e completamente à navegação do Amazonas, teremos todos contra nós, e ninguém por nós. Seremos malgrado nossos arrastados, e quem é assim arrastado não pode dominar e dirigir o movimento que o arrasta para dele tirar partido.”²³⁸

A livre navegação e o livre comércio ressoavam nas ideias do período quase como sinônimos de progresso e civilização. Havia vozes nos países vizinhos que buscavam o livre acesso aos rios navegáveis em busca do comércio. Havia vozes

²³⁴ *ibid.* p.74

²³⁵ *ibid.* p.75

²³⁶ *ibidem*

²³⁷ *ibid.* p.76

²³⁸ *ibidem*

mesmo dentro do Brasil que advogavam pela livre navegação do Amazonas, como Tavares Bastos²³⁹. Sobre essas vozes diz Luiz Antônio Moniz Bandeira dia que

o Tenente Herndon verificou, durante a sua viagem, a existência de um campo fértil para as pretensões americanas no Brasil, onde muitos simpatizavam com os Estados Unidos, considerados o principal aliado e seu melhor freguês. Gonçalves Dias qualificou Maury como um dos beneméritos do Amazonas. E o Deputado Tito Franco de Almeida levantou na Câmara (1860) a questão do Amazonas, que Tavares Bastos transformou numa campanha para obter a sua abertura. Ele estava convencido de que as relações com os Estados Unidos, mesmo do ponto de vista político, eram as que mais convinham ao Brasil e lutou pelo estabelecimento de uma linha de vapores entre os dois países.²⁴⁰

Diante da esperada pressão dos vizinhos e das potências internacionais, Paulino defendeu que “era necessário procurar pôr-se à testa do movimento, e pelo menos tentar dirigi-lo no sentido que nos convinha mais.”²⁴¹ Em 1851 - período em que o relator Paulino Soares de Sousa era o Ministro dos Negócios Estrangeiros - Duarte da Ponte Ribeiro é enviado às repúblicas do Pacífico com a seguinte instrução:

Deseja o Governo Imperial promover relações comerciais com os Estados conterrâneos, facilitar o desenvolvimento recíproco para eles e para o Brasil da sua população e comércio, e por isso em lugar de trancar rios que podem ser um poderoso instrumento para aumentar sua população e riqueza, como faz Rosas no rio da Prata, não duvida, mediante convenções adequadas, e regulamentos fiscais e de polícia, conceder aos outros Estados americanos a faculdade de descer seus rios até o oceano, para fins de comércio.

A concessão aos ribeirinhos da navegação desses rios, por meio de convenções, e, portanto, por direito convencional, pode trazer alguns inconvenientes, mas eles desaparecem diante de muitas vantagens. Demais o trancamento desses rios é incompatível com a civilização e tendências da época. E se mais cedo, ou mais tarde nos há de ser arrancada essa navegação por nações europeias, ou pelos Estados Unidos, de inteligência e de acordo com nações ribeirinhas, **façamos já em troca de vantagens comerciais e políticas, essa concessão aos ribeirinhos para desinteressá-los e evitar que se vão entender com nações da Europa, ou com os Estados Unidos.**²⁴²

Buscava-se a iniciativa na convenção da livre navegação para evitar que uma aliança dos vizinhos com as potências estrangeiras colocasse o país em uma posição delicada. Ao mesmo tempo decidiu-se colocar a questão da delimitação das fronteiras como uma moeda de troca em relação à navegação. Adotando a

²³⁹ AURELIANO TAVARES BASTOS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aureliano_Tavares_Bastos&oldid=67628671>. Acesso em: 15 mar. 2024.

²⁴⁰ BANDEIRA, Luiz Antônio Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: (dois séculos de história). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.96

²⁴¹ O Conselho de Estado e a política externa do Império, p.77

²⁴² ibidem

iniciativa de negociar a livre navegação aos ribeirinhos, a diplomacia brasileira buscava também equacionar a questão do Prata, demonstrando a posição brasileira em relação ao assunto.²⁴³ Delineava-se, assim, uma política externa coerente, mas responsiva. O próprio Paulino admoestava: “Se há vinte, quinze, ou dez anos tivéssemos com decisão e firmeza com uma política feita, tomado a iniciativa nestas questões, poderíamos tê-las dirigido.”²⁴⁴ Admitiu, também, indiretamente, que a campanha para abertura do Amazonas ganhou grandes proporções: “A propaganda para a abertura dos rios não tinha ainda tomado as proporções e adquirido a força que tem hoje”. Apontava, ainda, o expansionismo americano: “Os transbordamentos dos Estados Unidos não tinham ainda tomado o caráter assustador que apresentam hoje” e, por fim, lamentou:

O movimento sempre crescente da opinião, e a força de interesses em parte reais, e na maior parte imaginários, excedeu o ponto em que a nossa política queria fixar-se. Era já muito tarde. A nossa importância política e os nossos meios eram insuficientes para fazer retrogradar aquele movimento.²⁴⁵

No terceiro ponto, Paulino enumerou os perigos e inconvenientes, trazendo uma extensa análise do expansionismo estadunidense passando pelo Texas, pela guerra com o México, pelo Oregon e pela constante ameaça que pairava sobre Cuba. Falando a respeito da estratégia de ocupação feita pelos EUA, apontou o caráter do que chama de “raça anglo-americana”, de que “não se sujeita a nenhuma outra raça” e também que “não admite mistura da sua raça com o índio, ou com o homem de cor.” Por fim, vaticinou: “A emigração americana para o Amazonas seria um imenso perigo.”²⁴⁶ O despovoamento também era visto como um problema, além das defesas em más condições. Conecta, assim, a questão das fronteiras à navegação do Amazonas. Admite que a abertura do Amazonas deveria ocorrer em algum momento e que a política para o Prata se chocava com a do Amazonas.

Analisando o expansionismo norte-americano, Paulino descreveu o trajeto do Texas, que demonstrava o *modus operandi* temido pelo governo brasileiro:

Sabe-se que os principais promotores da independência do Texas, declarada em 1836, foram americanos que aí se introduziram (...). A

²⁴³ *ibid.* p.78

²⁴⁴ *ibid.* p.79

²⁴⁵ *ibidem*

²⁴⁶ *ibid.* p.83-84

população e a influência americana foram aumentando cada vez mais, e oito anos depois (em 1844) a antiga província, depois República do Texas, foi como Estado, anexada à União Americana.²⁴⁷

Seguindo os desenvolvimentos dos fatos ocorridos na década anterior, o relator abordou a tomada dos territórios mexicanos: “A anexação do Texas traz uma guerra com o México, (...). Anexadas assim uma por uma aos Estados Unidos cinco extensas províncias do México (...)”²⁴⁸. Sobre Cuba, o relator tinha apenas uma única observação: “O perigo em que está a ilha de Cuba, de ser mais tarde ou mais cedo anexada, é patente.”²⁴⁹. Pelos exemplos elencados, o conselheiro aduziu o perigo que representa permitir uma colonização por cidadãos estadunidenses no território brasileiro e, reflexo da campanha de Maury, disse “Ficar-nos-á vizinho e fronteiro ao Amazonas que reputa um novo Eldorado”²⁵⁰. Fez menção aos aventureiros - os flibusteiros - que assolam a América Latina após a guerra com o México a apontou o apoio tácito do governo dos EUA à essas aventuras e aos projetos de colonização - que poderiam vir a trazer novos territórios aos EUA: “Os Estados Unidos têm um meio de ocupação e anexação irresistível. Faz-se por meio da imigração dos aventureiros que a União encerra, e que já não encontram nela alimento para sua avidez, e desordenada atividade.”²⁵¹ Mencionou, ainda, o poderio econômico como meio de influência: “Companhias americanas têm aberto caminhos de ferro no território das repúblicas vizinhas, e essas empresas são um poderoso meio de influência.”²⁵²

A questão das fronteiras das Guianas, que envolviam França e Inglaterra, e que poderiam dar munição a essas potências para requerer a navegação do Amazonas, também chegou ao Conselho de Estado e foi discutida no mesmo ano de 1854, em agosto e setembro, respectivamente. Ambos os relatórios são de Paulino José Soares de Sousa.

O relator abordou a questão do povoamento das fronteiras também, apontando que o Brasil teria uma posição mais difícil se não ocupasse suas fronteiras: “Se assim for as fronteiras peruanas irão sendo povoadas, e as nossas

²⁴⁷ *ibid.* p.81

²⁴⁸ *ibid.* p.82

²⁴⁹ *ibidem*

²⁵⁰ *ibidem*

²⁵¹ *ibid.* p.83

²⁵² *ibidem*

ficarão desertas, ou irão sendo povoadas eventualmente, sem ordem nem sistema, e por pessoas cujos interesses podem não estar em harmonia com os nossos.”²⁵³ e fez a conexão das questões fronteiriças com a livre navegação: “Isto terá de influir muito no desenvolvimento das questões relativas à navegação do Amazonas.”²⁵⁴ Complementou com a questão das Guianas, fronteiras do Brasil com Inglaterra e França que não estavam equacionadas e que “(...) evidente que a Inglaterra e a França têm em vista o acesso a rios, que lhe deem entrada no Amazonas, a fim de alegarem os direitos de ribeirinhos. Essas questões de limites têm, portanto, de complicar as de navegação dos rios.”²⁵⁵

Paulino apontou que a livre navegação do Amazonas era apenas questão de tempo:

É fora de dúvida que a negativa da abertura do Amazonas tem de acarretar graves perigos e inconvenientes. Essa navegação, atento o estado em que se acham as coisas, nos há de ser mais tarde ou mais cedo arrancada por uma cruzada de todos contra nós.²⁵⁶

E apontou para o paradoxo da política externa brasileira em relação ao Prata e o Amazonas:

Temos grande interesse na livre navegação do Paraná e Paraguai. A sustentação de doutrinas que façam depender somente da nossa vontade a abertura do Amazonas torna difícil a nossa posição para adquirir e conservar a livre navegação daqueles rios, nos quais somos ribeirinhos superiores.²⁵⁷

Elencados os problemas aos quais o governo imperial deveria solucionar, o relator passou então para a elaboração de uma estratégia que equacionasse esses problemas e que levasse à elaboração de uma política externa, algo de que ele estava consciente: “Na discussão a qual vamos ser chamados temos de tomar uma base, de escolher um terreno, de adotar uma política, porquanto essa política, qualquer que ela seja, tem de fundar-se em uma doutrina, e em argumentos que dela se deduzam.”²⁵⁸ Demonstrava uma consciência realista da posição geopolítica brasileira, percebendo que o Brasil não figurava entre as grandes potências e, por isso, precisava de uma argumentação coerente e convincente: “Como têm os

²⁵³ *ibid.* p.85

²⁵⁴ *ibidem*

²⁵⁵ *ibidem*

²⁵⁶ *ibid.* p.86

²⁵⁷ *ibidem*

²⁵⁸ *ibid.* p.87

Estados Unidos, a Inglaterra e outras nações poderosas, não temos nós força, posição e importância que nos dispense de produzir razões coerentes, de fundar-nos em doutrinas aceitáveis pelos nossos contendores.”²⁵⁹

Quanto à adoção de uma doutrina jurídica, o relator apontou que o Brasil não podia abraçar a doutrina elencada no início do próprio relatório por várias razões, entre as quais destaca:

(...) porque não temos força para as fazer prevalecer, e ninguém que nos ajude a fazê-las prevalecer. (...) porque a adoção dessas doutrinas prejudicaria e ataria os braços quanto à navegação do Paraguai e do Paraná, pondo-nos inteiramente à mercê da República do Paraguai e da Confederação Argentina.²⁶⁰

Paulino adotou um posicionamento realista e condizente com a posição brasileira no cenário internacional e buscou resolver o paradoxo do Prata e do Amazonas. Com essas considerações em mente, o relator desenhou uma política em 12 pontos, dentre os quais destacamos:

3º – Que, portanto, o exercício desse direito somente pode ser assegurado por meio de convenções recíprocas, ou por ato soberano e próprio de cada ribeirão, que declare e fixe a maneira pela qual deva ter lugar.

8º – Que esses diferentes assuntos podem ser regulados em convenções ou por decretos e regulamentos de cada Estado, reservando este para si esse direito que tem.

9º – Que o Governo Imperial está pronto a tratar desses assuntos com os ribeirinhos, separada ou conjuntamente, alargando, pelo que respeita ao Peru, a Convenção de 23 de outubro de 1851.

10º – Que reconhecendo o Governo Imperial o direito imperfeito de cada ribeirão, não reconhece, porém, neles o de exigir que sejam admitidos não ribeirinhos a navegar a parte dos rios pertencentes ao Brasil, e não admite a pretensão de intervirem em quaisquer convenções, ou deliberações que haja de tomar a respeito da navegação do seu território fluvial por terceiros.

11º – Que o Governo Imperial está inclinado a permitir a nações não ribeirinhas, por meio de convenções que lhe deem as necessárias garantias à navegação da parte do Amazonas que lhe pertence (...)

12º – Que as questões a que tem de dar lugar em seu desenvolvimento, a navegação do Amazonas terão ele revestir-se de um caráter mais complicado e grave, se não forem antes, ou pelo menos ao mesmo tempo, resolvidas as questões de limites que pendem.²⁶¹

Como política externa, o governo imperial buscava os acordos e tratados para resolver a questão da livre navegação, sendo os ribeirinhos os privilegiados nessa questão e que esses tratados versassem também sobre a questão das fronteiras. A

²⁵⁹ ibidem

²⁶⁰ ibid. p.88

²⁶¹ ibid. p.88-90

separação entre ribeirinhos e não-ribeirinhos atenderia a uma preocupação de aliança externa contra o Brasil: “A política que a Seção acaba de formular tem a grande vantagem de destacar os não ribeirinhos dos ribeirinhos, desinteressando aqueles de se ligarem com estes contra nós.”²⁶² e concluiu, maquiavelicamente, que “Ficam os ribeirinhos a sós conosco, e com eles podemos nós.”²⁶³. Dessa forma o Império, que não poderia resistir à pressão pela livre navegação, assumiria o comando do processo: “admitamos o que todos querem, mas trataremos como, e primeiro com quem nos convier.”²⁶⁴ Além de que, havendo de conceder a navegação por tratado, o Brasil poderia exigir algo em troca, no caso a delimitação das fronteiras.²⁶⁵

A política em relação aos não-ribeirinhos, notadamente Inglaterra, França e Estados Unidos, devia derivar da doutrina exposta anteriormente pelo relator e devia seguir as diretrizes apontadas de “que a concessão pelos ribeirinhos aos não ribeirinhos da navegação a parte do rio que lhes pertence é um ato meramente voluntário, e de benevolência, e de natureza meramente convencional.”²⁶⁶ A preocupação com relação às fronteiras das Guianas era patente:

Muito conviria que antes de fazermos alguma concessão aos Estados Unidos, quanto à navegação do Amazonas, concluíssemos ou entabulássemos um ajuste dos limites das Guianas com a Inglaterra e a França. Uma concessão já feita aos Estados Unidos dará lugar a que aquelas nações a exijam igual, independentemente do arranjo de limites.²⁶⁷

Nessa relação com as potências, novamente a questão do Prata aparecia interligada à do Amazonas:

Não era possível evitar que as províncias argentinas concedessem aos Estados Unidos, à Inglaterra, e à França a navegação do Paraná. Não nos convinha apresentar um procedimento que parecesse hostil à ideia da abertura desse rio (a qual nos convém). Por outro lado, também não nos convinha que ficasse estabelecido algum precedente que nos embaraçasse mais em salvar aquela política nas questões relativas ao Amazonas.²⁶⁸

O desenrolar da questão no Prata levou à conclusão que e “a política que tão tarde procuramos estabelecer sofreu um grande revés na questão da navegação

²⁶² *ibid.* p.90

²⁶³ *ibidem*

²⁶⁴ *ibid.* p. 91

²⁶⁵ *ibid.* p.92

²⁶⁶ *ibidem*

²⁶⁷ *ibid.* p.93

²⁶⁸ *ibid.* p.94

dos rios ao sul do Império, **revés que não podia deixar de prejudicar grandemente a mesma questão no norte.**²⁶⁹

A concessão a uma companhia brasileira de vapores seria uma forma de manter os interesses brasileiros na região: “Essa concorrência pode contribuir para desenganar e afastar aqueles estrangeiros que veem nos desertos que banham o Amazonas um novo Eldorado, e que desenganados de seus sonhos de riqueza não hão de incomodar muito menos”²⁷⁰ e a abertura do Amazonas evitaria uma cobiça criada em cima dessa ideia de um Eldorado: “Quanto mais insistíssemos em conservar cerrado o Amazonas, mais cresceria a fama, e a cobiça, das fabulosas riquezas que encerra, e, portanto, o excitamento contra o Brasil.”²⁷¹

No relatório apareceu também a preocupação com relação à venda de terras e povoação e colonização na região amazônica, devendo o governo evitar a presença estrangeira sem autorização. Afirmou também que o império deveria promover a colonização da região com seus súditos e preparar melhor as defesas da região.²⁷² Portanto, o relatório de Paulino desenhou toda a estratégia brasileira para enfrentar a pressão pela abertura do Amazonas e desenhou a política externa brasileira para a definição de fronteiras aliada à navegação. No próximo tópico veremos como a diplomacia brasileira agiu em relação à essas questões.

4.3 - A diplomacia

Sobre a questão do Amazonas, Nícia Vilela Luz afirma, categoricamente, que “foi necessária a cruzada de Maury para que o Brasil saísse de seu imobilismo e se dispusesse a enfrentar a questão da navegação do Amazonas.”²⁷³, ponderando que “(...) a importância que a política do Prata teve na decisão brasileira de entender-se afinal com as repúblicas ribeirinhas do Amazonas.”²⁷⁴ e ainda que “o receio de uma coligação era assim outro fator capital a influir na resolução do Governo Imperial

²⁶⁹ *ibid.* p.95

²⁷⁰ *ibid.* p.96

²⁷¹ *ibidem*

²⁷² *ibid.* p.97

²⁷³ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968. p.135

²⁷⁴ *ibidem* p.135-136

(...)”²⁷⁵. Após analisar a atuação diplomática brasileira nos países da região, Nícia conclui

(...), apesar do impasse a que haviam chegado as negociações, na maioria delas, conseguiu o Governo Imperial neutralizar, contudo, a influência americana, particularmente no Peru, que representava justamente o setor chave para a manutenção do princípio de exclusividade dos ribeirinhos ao direito de navegação.²⁷⁶

Para Luiz Carlos Villafañe Gomes Santos

Foram os Estados Unidos a principal fonte de pressões para a abertura da Bacia Amazônica à navegação internacional, despertando nas autoridades brasileiras o temor de que a abertura aos interesses estrangeiros daquela região desabitada pusesse em risco a soberania nacional.²⁷⁷

Santos ainda cita Nícia Vilela Luz acerca dos planos de ocupação da Amazônia por escravizados dos EUA.

Quando buscamos analisar a movimentação diplomática brasileira nos vizinhos da bacia do Amazonas, percebemos que é, inicialmente, tímida, apesar dos tratados da década de 1840, que não foram ratificados. Ainda, a definição do *uti possidetis* para o estabelecimento de limites surge no tratado firmado com o Peru em 1841. Neste tratado também estava prevista a livre navegação do Amazonas até o Atlântico pelos peruanos.²⁷⁸ Sobre a política externa imperial no segundo reinado, Luiz Carlos Villafañe Gomes Santos diz que

(...) a segunda gestão de Paulino Soares de Souza como ministro dos negócios estrangeiros [1849-1853] constituir-se-ia em um importante ponto de inflexão na política externa do Império brasileiro. Foi a partir dela que o Império passou a ter uma atitude ativa de definição nos principais assuntos que constavam na sua pauta: tráfico de escravos, política platina, fixação de limites e navegação fluvial.²⁷⁹

Na opinião desse historiador, foi nesse período que “As questões da fixação de limites com países vizinhos e da navegação fluvial, (...), foram repensadas e a política imperial cristalizou-se em doutrinas coerentes, defendidas de maneira consistente a partir de então.”²⁸⁰ O mesmo Paulino estaria à frente do relatório do Conselho de Estado, analisado anteriormente. Santos aborda a questão do

²⁷⁵ *ibidem*, p.137

²⁷⁶ *ibidem*, p.147

²⁷⁷ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Editora UFPR, 2002. p.68

²⁷⁸ *ibid.* p.55

²⁷⁹ *Ibid.* p.55

²⁸⁰ *ibid.* p.65

Amazonas dentro do quadro das missões especiais enviadas para as repúblicas do Pacífico na década de 1850 e aponta que a prioridade era evitar uma aliança dessas repúblicas com Rosas. Porém, ao analisarmos o relatório de 1854 produzido por Paulino Soares de Sousa, que era ministro dos negócios estrangeiros quando do envio da missão, podemos perceber que a campanha de Maury, as inúmeras tentativas particulares de cidadãos dos EUA de entrarem no Amazonas e a constante pressão do governo norte-americano pela abertura desse rio, percebemos que essa pressão externa vinda dos norte-americanos esteve por trás da formulação da política externa para essa questão. Corrobora essa ideia o fato de que a doutrina jurídica encampada buscava responder à doutrina proposta pelos EUA e limitar a navegação apenas aos ribeirinhos, os quais o Império deveria negociar bilateralmente.

4.4 - DESFECHO

A vitória sobre o México em 1848 levou a uma mudança nos rumos da política escravista das elites sulistas. Os EUA, com a anexação do Texas e a conquista de território mexicano até o Pacífico, mudavam sua posição geopolítica, ganhando envergadura estratégica e colocando o perigo de uma intervenção britânica em patamares menos alarmantes. Agora já não mais havia ameaças imediatas ao poderio americano na América do Norte, as disputas internas em torno da escravidão nos novos territórios conquistados ganharam espaço e as ideias secessionistas²⁸¹ começam a surgir na década de 1850.

Com o decorrer da década de 1850, o ambiente político interno dos EUA foi-se alterando, culminando com o conflito aberto entre norte e sul. Assim, a opinião pública desse país foi abandonando as ideias de Maury e as questões externas tornaram-se secundárias para o governo estadunidense. Nícia resume bem essa clivagem interna nos EUA: “O articulista (*do periódico New Englander*) manifestava-se absolutamente contrário à transferência dos escravos sulinos para o Brasil e preferia que a Amazônia permanecesse uma *wilderness* do que ser submetida ao regime escravista.”²⁸² Ela também mostra que o relatório de

²⁸¹ Secessionismo é a tendência ou movimento que defende a separação de um território ou parte de um país para formar uma nova unidade política. É sinônimo de separatismo. A Guerra civil dos EUA é também conhecida como Guerra de Secessão, pois os estados sulistas desejavam a separação dos EUA.

²⁸² LUZ, Nícia Vilela. A Amazônia para os negros americanos. p.157

Lardner-Gibbon, companheiro da missão de Herndon, “tem uma visão muito mais objetiva da realidade amazônica”, oferecendo à opinião pública dos EUA uma “imagem real do Vale Amazônico e em particular do Madeira”. A autora conclui que “o resultado dessa evolução que se operava na opinião pública americana (...) aliada a interesses mais prementes na política dos Estados Unidos, foi o crescente desinteresse pela propaganda flibusteira”. Prossegue a mesma autora a respeito do desfecho do assunto: “Já não existe, porém, nos Estados Unidos, clima propício a esses incitamentos em relação à Amazônia.”²⁸³

Cervo & Bueno apontam na mesma direção ao se referirem ao esmorecimento da campanha:

Dois outros fatores agiam para relaxar a pressão norte-americana a partir de 1855: por um lado, os Estados Unidos já se encaminharam para o conflito interno, que explodiria na guerra da secessão, impondo uma parada no ‘destino manifesto’; por outro lado, Maury se encontrava já na defensiva, sendo suas ideias criticadas e combatidas pelos relatórios de viajantes, pela imprensa, pela corrente antiescravista, e seu ‘celeiro do mundo’, a ‘República Amazônica’, convertido no reino da fantasia.²⁸⁴

Luís Cláudio Villafañe Santos chega à mesma conclusão:

De todo modo, em vista do agravamento das contradições entre o sul e o norte dos Estados Unidos, já a partir de 1857, as pressões do seu governo foram substituídas por uma atitude de cautela. O prelúdio e o desenrolar da Guerra da Secessão desviaram as atenções norte-americanas da Bacia Amazônica.²⁸⁵

Já no Brasil, setores do governo e da sociedade imperial inclinavam-se às ideias liberais e consideravam que o Amazonas deveria ser aberto à navegação. Porém, os estadistas do Império levavam em consideração o perigo representado pelo expansionismo dos EUA, à luz dos casos recentes do Texas e do México. A tática adotada pelos governantes foi a da protelação, para que o governo imperial tomasse a decisão em momento que considerasse oportuno. O principal argumento utilizado foi o jurídico, conforme a resposta elaborada na obra de Pedro de Angelis, anteriormente analisada. A estratégia é assim resumida por Cervo & Bueno:

A estratégia brasileira seria, pois, defensiva, mas comportaria medidas positivas de ação interna e externa: a) fortalecer o Amazonas e criar uma companhia brasileira de navegação, incumbida com a exclusividade do

²⁸³ ibidem, p.161-162

²⁸⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. p.115

²⁸⁵ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Editora UFPR, 2002. p.70

comércio e da colonização, para impedir a ocupação estrangeira; b) estudar a fundo o direito internacional dos rios para armar-se no campo jurídico; c) conceder a navegação aos ribeirinhos; d) confrontar a campanha norte-americana pela ação diplomática; e) protelar a abertura até desaparecer o risco de dominação estrangeira.²⁸⁶

Vimos no relatório de Paulino que a estratégia rendeu os frutos esperados e que foi a base para a política externa brasileira no período, pois acabou articulando a questão do Amazonas e do Prata, a definição de fronteiras e a manutenção de potências estrangeiras fora da bacia amazônica. Em vista disso, podemos afirmar que a pressão dos EUA levou à ofensiva diplomática na bacia do Amazonas e à formulação de uma política de limites e navegação fluvial.

²⁸⁶ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. p.113

5 - CONCLUSÕES

Os EUA eram vistos como potência expansionista (Texas e México, além dos flibusteiros) e não como uma parceira escravista. É possível afirmar, com certa segurança, que as desconfianças do governo brasileiro em relação às pretensões americanas, em geral, e as de Maury, em particular, eram fundadas. Também é possível afirmar que havia a consciência de que a escravidão em um país dependia da subsistência da escravidão no outro. Porém, a leitura da política externa estadunidense, moldada pelas elites escravistas na década de 1840, se dava na chave racial, com preponderância do branco anglo-saxão sobre os demais. Chave essa que cria, alimenta e retroalimenta-se da ideologia do “destino manifesto”.

Havia também o problema das relações desiguais em nível interestatal que, somado ao pensamento racial, impediam qualquer iniciativa de atuação política conjunta para a manutenção da escravidão. Mesmo que a aquisição territorial estivesse subordinada à preservação da escravidão,²⁸⁷ e que a percepção de que a escravidão só poderia resistir se ambas as regiões escravistas caminhassem juntas em defesa da instituição contra o ataque abolicionista, o perigo do expansionismo estadunidense era real e iminente na cabeça dos governantes imperiais. Governantes que enfrentavam, no mesmo período, a pressão britânica pelo fim do tráfico.

O pensamento racial, que origina e retroalimenta-se da ideologia do ‘destino manifesto’, pressupõe uma hierarquização. Nessa hierarquia, os EUA são o líder que deveriam proteger a instituição nas demais regiões. A atuação dos flibusteiros era outro ponto que colocava a diplomacia imperial brasileira em sobreaviso, tendo um grande impulso após a conquista sobre o México. Aventuras mercenárias - com apoio tácito do governo - levaram a invasões e tumultos políticos na América Central e Caribe. Essas aventuras tinham um suporte dos senhores de escravos sulistas e eram impulsionadas pelo ‘destino manifesto’, por interesses econômicos ou por um imperialismo escravista.

Podemos entender esse imperialismo escravista como uma conjunção do ‘destino manifesto’ com os desejos de manutenção da escravidão, ambos

²⁸⁷ KARP, Matthew. This vast southern empire. p.177

embalados e construídos sobre o pensamento racial, sua chave de interpretação de mundo. É esse imperialismo escravista que embala as ideias de Maury e de outros que advogavam pela colonização da Amazônia, mas que encontra seus limites de atuação direta na bacia do Caribe e no continente norte-americano, culminando com a anexação do Texas e a conquista do território mexicano. Mesmo Cuba, tão próximo, não sofreu uma intervenção direta, pois se tinha a ressalva de, antes de tudo, manter a escravidão. Afinal, “ver Cuba invadida por ‘africanos nativos, a espécie mais degradada da raça humana’, livres, era um resultado que os Estados Unidos não podiam tolerar”.²⁸⁸ Há de se levar em conta também as conexões econômicas dos EUA com o Brasil²⁸⁹, parceira comercial importante que seria afetada por uma agressão militar, mesmo que de filibusteiros.

A união escravista - muito mais ideológica que prática - era mais uma reação à pressão geopolítica britânica do que uma vontade inerente de elites tão distintas e que, na visão estadunidense, era hierarquizada racialmente. Em nossas conclusões, concordamos com o historiador Matthew Karp, de que

De certa forma, esses embaraços diplomáticos [do diplomata Henry Wise] **sugeriam uma fraqueza estrutural do internacionalismo pró-escravidão dos EUA.** Sua imaginação reflexivamente imperial **podia imaginar os Estados Unidos apenas como os primeiros entre os pró-escravidão** no hemisfério. Os proprietários de escravos brasileiros e cubanos podem estar em várias posições mais altas do que o que Wise chamou de “degradados... mestiços-espanhóis” do México livre e da América do Sul, mas **eles permaneceram, e devem permanecer sempre, parceiros juniores dentro da parceria hemisférica para defender a escravidão.**²⁹⁰ [grifos nossos]

O pensamento de Maury, mais claro em sua carta de instruções para Herndon, é evidência clara de que as elites escravistas do Sul, e dos EUA em geral, viam a América Latina com maus olhos, uma região degradada pela mistura racial; o que não impedia uma busca de uma ação conjunta, mas que sempre colocava o anglo-saxão um degrau acima. A manutenção da escravidão trazia consigo uma preocupação com a hierarquia racial²⁹¹. A questão racial não podia ser colocada em segundo plano; as elites escravistas anglo-saxãs se viam como hierarquicamente superiores aos espanhóis e brasileiros, como bem exemplifica o discurso do senador dos EUA Robert Mercer Taliaferro Hunter, em 1854, em torno da questão

²⁸⁸ ibidem, p.193

²⁸⁹ PARRON, Tâmis. Slavery and the Power of Trade, p.127

²⁹⁰ KARP, Matthew. This vast southern empire. p.79

²⁹¹ ibidem, p.82

Kansas-Nebraska: “O respeito americano pela hierarquia natural das raças [isto é, a supremacia branca] ofereceu a melhor esperança de prosperidade e paz na América Latina.”²⁹² Diante desse quadro é que podemos afirmar, com certa segurança, que as desconfianças do governo brasileiro em relação às pretensões americanas, em geral, e de Maury, em particular, eram fundadas.

É a partir da visão do imperialismo britânico que as elites escravistas do Sul dos EUA passam a enxergar a defesa da escravidão em uma escala global, abarcando o hemisfério ocidental como um todo; sendo resultado dessa visão a postura de defesa da escravidão nos demais espaços escravistas das Américas, principalmente Brasil e Cuba. Por estar conectada aos mercados internacionais e por ver a principal ameaça à escravidão vinda de uma potência exterior, essas elites tinham uma visão mais ampla e globalizada. Seus porta-vozes mais loquazes não tinham pudores em colocar de lado fronteiras e soberanias. É neste universo de ideias que podemos entender os textos de Maury e sua campanha em torno da Amazônia. Este é um elemento importante também para entender as ressalvas e o cuidado empregado pelo governo imperial diante da questão do Amazonas frente aos EUA.

A defesa da escravidão se colocava acima dos interesses imperialistas, sendo a principal preocupação das elites escravistas do Sul dos EUA que, na década de 1840, controlavam a administração dos EUA. Seu olhar para o Brasil, Cuba e Texas (anexado em 1845) foi sempre, primordialmente, em busca da manutenção da escravidão frente a uma ameaça - real ou imaginária - britânica. O expansionismo estava presente, como se pode perceber na anexação do Texas, no desejo antigo de anexar Cuba e nos sonhos de anexação da Amazônia pelo imperialismo escravista. Na prática, Cuba nunca foi anexada e o Brasil teve os canais diplomáticos sempre privilegiados. O comércio, o tamanho e a distância do Brasil talvez tenham evitado uma postura mais agressiva do governo dos EUA.

Por isso, havia a correta percepção de que os EUA buscariam, antes de qualquer aventura militar, os meios diplomáticos. Contribui para isso a visão que se tinha do Brasil como importante ator político nas Américas, além do crescente comércio entre os dois países. Concordamos com Nícia Vilela quando ela afirma que a postura brasileira foi para afirmar seu direito de autodeterminação e em defesa da soberania nacional, que o governo imperial julgava ameaçada, dado que os

²⁹² Hunter apud KARP, p.173

estadistas imperiais viam-na ameaçada pela ofensiva de Maury, em face ao recente histórico de anexações por parte dos EUA e do imperialismo escravista embalado pelo “destino manifesto”. Essa autora cita Paulino José Soares, que resume o ponto: “O Governo Imperial não duvidaria facilitar sua navegação a algumas companhias americanas se não tivesse de temer da avidez e do espírito aventureiro e usurpador dêesses senhores, sempre favorecido pelo seu govêrno.”²⁹³

Tâmis Parron enxerga uma unidade histórica, um *oikoumene*²⁹⁴, entre o sul dos EUA, Brasil e Cuba no século XIX, e que

(...) essa estrutura compartilhada evoluiu para uma fonte fundamental de poder político e geopolítico para cada país escravagista em seu relacionamento com a economia mundial capitalista como um todo. Essa notável unidade histórica - ou oikoumene - foi criada entre 1790 e 1830, atingindo seu ponto alto de 1830 a 1860, as três décadas que antecederam a Guerra Civil Americana.²⁹⁵

Parron afirma ser essa unidade histórica uma fonte fundamental de poder político e geopolítico, mas em que medida esse poder se manifestou nas instâncias políticas e geopolíticas? Como Karp e Horne nos mostram, as ações - mesmo quando os líderes escravistas do Sul controlavam o governo federal dos EUA e sua política externa - jamais foram efetivas ou tornaram-se ações concretas. O mais perto que se chegou de uma ação concreta foi o envio de uma força naval para Havana, que como vimos, era vista muito mais como uma futura anexação do que um parceiro político. No campo diplomático as ações se limitavam à troca de informações e busca de influência da opinião pública. No campo geopolítico as ações tomadas pelos EUA buscavam apenas seu fortalecimento militar e diplomático frente à ameaça britânica, desenhando muito mais um desejo imperialista do que uma unidade política. Parron conclui que “esse oikoumene formou um conjunto sólido de relações em que a compra, o transporte e o consumo de café e açúcar, bem como a defesa ideológica e política da escravidão, giravam cada vez mais em torno dos Estados Unidos.”²⁹⁶ Tal argumento indica muito mais traços do imperialismo estadunidense para com a América Latina, mais explícito pós-1848, do que uma fonte de poder político e geopolítico do conjunto. Um imperialismo

²⁹³ LUZ, Nícia Vilela. A Amazônia para os negros americanos. p.157

²⁹⁴ Para Parron “oikoumenê designa, aqui, um espaço de convergência da ação humana alojado a meio caminho entre os Estados constitucionais e o sistema interestatal moderno”. Um espaço abaixo do nível global, mas que ultrapassa o nível estatal. In: PARRON, Tâmis Peixoto. A política da escravidão na era da liberdade. p.460

²⁹⁵ PARRON, Tâmis. Slavery and the Power of Trade, p.146

²⁹⁶ ibidem, p.146

escravista, inclusive, nas décadas de 1840 e 1850. Rafael Marquese e Tâmis Parron chamam essa conjunção ideológica de uma internacional escravista²⁹⁷, que resumem assim:

Descrevendo o quadro político das três regiões, demonstra como elas passaram a reagir ao abolicionismo internacionalista de **modo integrado e cooperativo**, o que pode ser chamado de “internacional escravista”. Examina, por fim, por que essa interação não evoluiu para uma plataforma oficial dos governos envolvidos.²⁹⁸ [grifo nosso]

Esses autores argumentam que dinâmicas internas e externas que moldaram os espaços escravistas assumindo, cada uma, características políticas específicas de acordo com a resposta a essas forças. Afirmam que as instituições criadas em cada um desses espaços, colocou o poder de decisão ao alcance dos proprietários, com formas condicionadas pelas características de cada um deles.²⁹⁹ Na análise deles, a partir da década de 1830 “A emulação perderia espaço para a cooperação.”³⁰⁰, e apontam que os EUA passam a ocupar o lugar de modelo de decisões governativas. Podemos questionar essa posição quando vemos no relatório de Paulino comentários depreciativos e desconfiados com relação à república da América do Norte³⁰¹. Estes autores apontam como argumento para uma internacional escravista que as falas de políticos escravistas dos EUA eram rapidamente incorporadas e reverberadas por políticos brasileiros e cubanos e de que havia a percepção de que os EUA tinham mais força para resistir à pressão britânica³⁰², ou seja, seus argumentos são um alinhamento ideológico e uma percepção geopolítica. Na sequência admitem que

Tornaram-se claras então as fragilidades de uma eventual aliança entre os saquaremas e o campo pró-escravista norte-americano. Se, por um lado, a bandeira norte-americana podia servir de abrigo aos negreiros que operavam no Atlântico Sul, muito em razão do arraigado sentimento antibritânico nos Estados Unidos (cujo viés era indiscutivelmente pró-escravista), por outro lado **a República não tinha como amparar formalmente, na arena diplomática mundial, o tráfico ilegal para o Brasil.**³⁰³ [grifo nosso]

²⁹⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, n. 23, p. 97-117, 2011.

²⁹⁸ *ibid.* p.97

²⁹⁹ *ibid.* p.104

³⁰⁰ *ibidem*

³⁰¹ ver ata do Conselho de Estado de analisada no capítulo 3. O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção de Negócios Estrangeiros: 1854-1857 / Fundação Alexandre de Gusmão – 2. ed. – Brasília : FUNAG ; Câmara dos Deputados, 2023.

³⁰² MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista. p.107

³⁰³ *ibid.* p.108

Eles dizem que o sul dos EUA era um modelo político escravista no hemisfério e a defesa ideológica da escravidão nas Américas vinha desses senhores sulistas³⁰⁴ e afirmam que

quem podia ser levado a sério em Londres, quem dispunha de um Estado militarmente relevante (tendo derrotado a própria Grã-Bretanha duas vezes), quem fornecia o principal insumo da Revolução Industrial não eram os cafeicultores do Vale do Paraíba nem os donos de engenho do Ocidente de Cuba, mas os proprietários brancos, protestantes e membros de uma comunidade cultural inglesa que produziam algodão no sul dos Estados Unidos.³⁰⁵

Neste ponto concordamos com esses autores quando esses identificam uma hierarquia entre os espaços escravistas nas Américas. Marquese & Parron afirmam, por fim, que “a grande fraqueza dessa idéia, contudo, residiu justamente na incapacidade de seus propositores formalizarem-na de modo consistente; sua consecução limitou-se às práticas contingentes de cada espaço envolvido”³⁰⁶. Afirmando que esse insucesso se deveu à divisão internacional do trabalho e que “(...) a internacional escravista desenhada a partir do Sul dos Estados Unidos teve conteúdo inegavelmente imperialista, o que gerou fortes resistências na Espanha, em Cuba e no Brasil (...)”³⁰⁷ e concluem dizendo que “A coexistência do cativeiro nos três espaços americanos criava um jogo de estabilidade reciprocamente auferida, mas não evoluiu a ponto de constituir uma plataforma para uma ação política concertada.”³⁰⁸

Percebemos que a análise desses autores menciona rapidamente a questão racial, que consideramos fundamental a partir da análise dos escritos de Maury e dos demais líderes ideológicos da escravidão do Sul dos EUA. Eles pensam o alinhamento ideológico e a percepção geopolítica da força relativa dos EUA como uma forma de integração e cooperação política dentro desses espaços. Acreditamos, diante das evidências encontradas nos discursos analisados nesse trabalho, que essa suposição é equivocada, pois superdimensiona o alinhamento ideológico que, como os próprios autores admitem, não ensejou nenhuma articulação política e diplomática efetiva.

Os textos de Maury demonstram que essa unidade ideológica estava clivada pelo pensamento racial dos senhores de escravos do Sul (e dos estadunidenses em

³⁰⁴ *ibid.* p.110

³⁰⁵ *ibid.* p.111

³⁰⁶ *ibidem*

³⁰⁷ *ibid.* p.112

³⁰⁸ *ibidem*

geral). Como afirma Karp, os laços eram frouxos. Interesses econômicos e políticos convergentes, lastreados por uma ideologia da defesa da escravidão e ancorados em ligações econômicas não forma, necessariamente, uma “internacional escravista”. O pensamento racial dos senhores de escravos dos EUA impedia de se verem como iguais aos seus pares latinos, cubano e brasileiros. Contribua para isso o fato de que os quadros políticos e sociais nos três espaços eram muito distintos e seu peso geopolítico totalmente desiguais, principalmente após as anexações americanas na década de 1840.

É possível afirmar que as pressões da economia mundo capitalista em expansão, moldaram uma convergência entre espaços escravistas distintos e, que essa convergência de interesses num espaço econômico globalizado, levou à percepção dessas elites de que havia uma conexão entre esses espaços, de que seus destinos dependiam uns dos outros. A geopolítica do século XIX também moldou esse pensamento: a pressão abolicionista britânica e as movimentações políticas pelo fim do tráfico no Atlântico sul levaram essas elites a olharem umas para as outras com preocupação. Diante dessa clivagem ideológica, e analisando os discursos produzidos no âmbito do Conselho de Estado, entendemos não haver base para afirmar existir uma internacional escravista, mas sim acreditamos haver evidências suficientes para afirmar a existência de um imperialismo escravista, alimentado pelo pensamento racial.

Por fim, podemos afirmar com certa convicção que a campanha de Maury levou à formulação de uma política, por parte do governo brasileiro, em relação à navegação fluvial, que ainda foi fortalecida ao se conectar à delimitação das fronteiras. Como argumentos podemos citar o fato de o Império preferir as negociações bilaterais e advogar pela exclusão dos não-ribeirinhos, pontos que falam diretamente contra os interesses dos EUA.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Antônio Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista brasileira de ciência política, p. 193-216, 2011.

BRITO, Roberta Kelly Lima. A introdução da navegação a vapor na Amazônia no século XIX: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**, 2017.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem & Teatro das Sombras**: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: UNB, 2021.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (Temas Essenciais em RI).

HORNE, Gerald. **O Sul mais distante**: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010.

KARP, Matthew. **This vast southern empire**: slaveholders at the helm of American foreign policy. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

KORTUM, Gerhard; SCHWARZ, Ingo. Alexander von Humboldt and Matthew Fontaine Maury: two pioneers of marine sciences. **Historisch-Meereskundliches Jahrbuch**, v. 2003, p. 157-185, 2004.

LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os negros americanos**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MACHADO, Maria Helena P. T.. **Raça, ciência e viagem no século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz G.. Entre o cruzador britânico e a honra nacional, a escravidão: revisitando o episódio do Cormorant (Paranaguá, 1850) e a repressão ao tráfico de escravos pelo governo brasileiro. In: **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2009, Curitiba. Caderno de Resumos: IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. p. 106-107.

MAMIGONIAN, Beatriz G.. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, segunda escravidão e a economia cafeeira do Império do Brasil. **Almanack**, n. 5, p. 51-61, 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. **Topoi** (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 12, n. 23, p. 97-117, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x012023006.4>.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 7, p. 178-221, 2006.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-09102015-151621.

PARRON, Tâmis. Slavery and the Power of Trade: markets and geopolitics in the nineteenth-century americas. Current Trends In **Slavery Studies In Brazil**, [S.L.], p. 125-150, 8 maio 2023. De Gruyter. <http://dx.doi.org/10.1515/9783111026527-007>.

PARRON, Tâmis. The British empire and the suppression of the slave trade to Brazil: a global history analysis. **Journal of World History**, v. 29, n. 1, p. 1-36, 2018.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. Dora Rocha tradução.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil**: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Império e as repúblicas do Pacífico**: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Editora UFPR, 2002.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FONTES

ANTAS, João Baptista de Castro Moraes. **O Amazonas: breve resposta à memória do tenente da Armada Americana Inglesa F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas**. Rio de Janeiro: FUNAG/CHDD, 2013.

ANGELIS, M. de. **De la navegación del Amazonas: respuesta a una memoria de M. Maury, oficial de la Marina de los Estados Unidos**. Caracas: T. Antero, 1857.

Debow's review, Agricultural, commercial, industrial progress and resources. / Volume 14, Issue 2." In the digital collection Making of America Journal Articles. <https://name.umdl.umich.edu/acg1336.1-14.002>. University of Michigan Library Digital Collections. Accessed December 17, 2024.

DOZER, Donald Marquand. **Matthew Fontaine Maury's Letter of Instruction to William Lewis Herndon**. *Hispanic American Historical Review*, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 212-228, 1 maio 1948. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/00182168-28.2.212.p.219>.

MAURY, Matthew F. **O Amazonas: as costas atlânticas da América Meridional**. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1853.

O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção de Negócios Estrangeiros: 1854-1857 / Fundação Alexandre de Gusmão – 2. ed. – Brasília : FUNAG ; Câmara dos Deputados, 2023. 649 p.; vol. 4 (Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022) ISBN 978-85-7631-872-9.